

PROGRAMA EDUCAÇÃO TUTORIAL DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



INFLEXÃO

ano 1

Revista INFLEXÃO



PET **ECO** NOMIA

petecoufal@gmail.com

Campus A. C. Simões - BR 104 Norte – Km 14. Tabuleiro do Martins, Maceió/AL.
CEP: 57072-900.

Tutor do PET Economia

Cid Olival Feitosa

Editores-chefes

Cayo Luca Gomes Santana e Samuel de Mendonça Souza

Editores

Guilherme da Silva Correia e Rebeca Silva Barroso

Equipe Editorial

Bruno Gomes de Souza, Guilherme de Sousa Castilho, Janylle Gomes de Lyra Reis,
José Henrique Oliveira Costa, Letícia Ferreira da Silva, Messias Junior Caffeu Ritir e
Vitória Leandra Santos Camilo

Comissão de Layout

Cayo Luca Gomes Santana, Guilherme da Silva Correia, Messias Junior Caffeu Ritir,
Rebeca Silva Barroso e Samuel de Mendonça Souza

Revisores de texto

Bruno Gomes de Souza, José Henrique Oliveira Costa e Rebeca Silva Barroso

Capa

Cayo Luca Gomes Santana, Guilherme de Sousa Castilho, Letícia Ferreira da Silva,
Messias Junior Caffeu Ritir e Rebeca Silva Barroso

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
-------------------	---

ARTIGOS

ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL DA REGIÃO NORDESTE NO ANO DE 2019 - Rebeca Silva Barroso	8
---	---

ANÁLISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO MEIO RURAL ALAGOANO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DA DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI - Wellington Felipe dos Santos Silva	14
--	----

ANÁLISE INFLACIONÁRIA DA CARNE PALETA NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2019 - Carlos Vinícius Marques dos Santos	26
---	----

CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA ECONOMIA DO PETRÓLEO: O CASO DA VENEZUELA - Júlio Gomes da Silva Neto, Marcus Vinícius Sarmiento de Souza	35
---	----

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA UMA SOCIEDADE EMPREENDEDORA E A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE TI VERDE - Carlos Vinícius Marques dos Santos	45
---	----

BOLETIM ANUAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE ALAGOAS - 2019

BALANÇA COMERCIAL – Guilherme da Silva Correia	56
--	----

AGRICULTURA – José Henrique Oliveira Costa	57
--	----

CONSTRUÇÃO CIVIL – Guilherme de Sousa Castilho	58
--	----

COMÉRCIO - Janylle Gomes de Lyra Reis	59
---	----

TURISMO - Letícia Ferreira da Silva	61
---	----

INADIMPLÊNCIA – Henrique Quintela França de Almeida	62
---	----

EMPREGO - Samuel de Mendonça Souza	63
--	----

SERVIÇOS - José Henrique Oliveira Costa.....	65
--	----

FINANÇAS - Janylle Gomes de Lyra Reis	66
---	----

PETRÓLEO – Cayo Luca Gomes Santana	67
--	----

APRESENTAÇÃO

A Revista Inflexão é produzida pelo Programa de Educação Tutorial de Economia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Em sua primeira edição, apresenta o boletim de conjuntura anual referente ao ano de 2019, produzido pelos próprios integrantes do grupo, e também artigos elaborados por estudantes de Economia da Ufal e outras instituições. Com o objetivo de estimular a produção e a publicação de artigos científicos, ensaios e resenhas de qualidade e divulgar a produção acadêmica da FEAC/Ufal, no âmbito da graduação, a Revista Inflexão busca ampliar as formas de obtenção e produção de conhecimento

Na seção de Artigos, disponibilizamos cinco textos produzidos por graduandos e graduados pela Ufal e outras instituições de ensino, entre eles, pesquisas individuais e monografias de conclusão de curso.

Em “Análise da balança comercial da Região Nordeste no ano 2019”, Rebeca Barroso, discente do PET Economia, mostra e examina os movimentos do saldo da Balança Comercial nordestina ao longo dos anos, através de dados obtidos no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Além disso, especifica os motivos para tais resultados e cita os principais produtos exportados e importados pela Região, realizando uma análise por estado, ressaltando também, a necessidade desse registro de transações comerciais que impactam a região observada.

No artigo “Análise da previdência social sobre a desigualdade de renda no meio rural alagoano: evidências a partir da decomposição do Índice de Gini”, o mestrando Wellington Felipe dos Santos Silva analisa os impactos do sistema de previdência rural no combate à desigualdade de renda no estado de Alagoas. Para isso, o autor realiza uma análise de decomposição do Índice de Gini, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, para o ano de 2015.

Carlos Vinícius Marques dos Santos, discente de economia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), faz uma análise inflacionária da carne paleta no período do segundo semestre do ano de 2019, através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 13 locais em “Análise inflacionária da carne paleta no segundo semestre do ano de 2019”, demonstrando como este item alimentício apresenta variações e quais são os motivos ou possíveis motivos a essa variação. Fez-se uma análise quantitativa, observando tantos fatores nacionais como internacionais.

“Consequências históricas de uma economia do petróleo: o caso da Venezuela”, escrito por Marcus Vinícius Sarmiento de Souza, mestrando em Economia Aplicada pela Ufal, com orientação do Professor Doutor Júlio Gomes da Silva Neto, traça uma breve análise histórica da economia venezuelana, elucidando quais foram os aspectos que possibilitaram, em tempos idos, o apogeu de sua economia bem como, em períodos recentes, sua derrocada.

Em “Práticas sustentáveis para uma sociedade empreendedora e a utilização de ferramentas de TI verde”, Carlos Vinícius Marques dos Santos discorre e vislumbra os novos parâmetros das práticas sustentáveis que vem surgindo, e que estão proporcionando, desde a redução dos custos a satisfação dos consumidores, logo este artigo discorre sobre essas práticas e seu impacto positivo no meio ambiente e social.

A seção do Boletim de Conjuntura Anual apresenta uma publicação online do PET Economia da UFAL, que, através do levantamento de dados em diversas instituições de pesquisa, realiza análises setoriais sobre a economia alagoana e, quando pertinente, estabelece comparações com a conjuntura nacional e regional. Esta observação possibilita a toda sociedade alagoana acompanhar a evolução e tendências de curto prazo da realidade econômica do estado.

Dessa forma, a edição anual referente ao ano de 2019, que está sendo publicada junto à Revista Inflexão, é resultado do levantamento de dados e análise de todos os boletins mensais publicados ao decorrer do período supracitado. Os petianos e as petianas se dividem para publicar os relatórios das áreas de atuação econômica alagoana, referentes à balança comercial, agricultura, construção civil, comércio, turismo, inadimplência, emprego, serviços, finanças e petróleo.

Agradecemos a todos/as que fizeram parte da nossa revista, como também aos leitores que dedicaram seu tempo para a leitura do periódico, aos que submeteram seus trabalhos para publicação e aos petianos/as do PET Economia que se organizaram e desenvolveram todo o operacional para a publicação da revista. Nesta estão contidas um pedaço de nossas vidas acadêmicas em forma de pesquisa, e convidamos a todos a ler e levar o conhecimento científico sobre a economia do nosso estado e região para os diferentes espaços da sociedade.

Os editores, Guilherme da Silva Correia e Rebeca Silva Barroso.

ARTIGOS

ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL DA REGIÃO NORDESTE NO ANO DE 2019

Rebeca Silva Barroso¹

Para a manutenção do sistema econômico, os países utilizam das exportações e importações de mercadorias. Estas transações de vendas são representadas pela balança comercial. A partir disso, quando o valor exportado é maior que o importado, o território analisado possui um superávit, porém, quando o valor importado se sobressai, existe um déficit. Dessa forma, teóricos buscaram explicar a melhor forma de aproveitamento das compras e vendas de um país.

Em 1776, na publicação de “A Riqueza das Nações”, Adam Smith apresentou a Teoria da Vantagem Absoluta, na qual cada país deve concentrar-se em produzir somente as mercadorias que apresentarem melhores condições de fazê-lo. Posteriormente, Ricardo, em 1817, defendeu a tese da Teoria da Vantagem Comparativa, que dizia que cada país deve concentrar-se em mercadorias que apresentem maior vantagem absoluta e menor desvantagem comparativa entre si. Além disso, a deterioração dos termos de troca, surgida nos debates da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) retrata a questão da dependência econômica e subordinação de países subdesenvolvidos às nações mais abastadas, como é o caso da Região Nordeste.

Ao percorrer as escolas de pensamento econômico, diversas questões surgem a respeito da construção do comércio internacional. Assim como o surgimento de organizações que coordenem e supervisionem o mesmo, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, e a criação de Blocos Econômicos, como o Mercosul, no qual o Brasil está inserido.

Ao longo dos anos, a balança comercial brasileira demonstra ser, na maioria dos resultados, superavitária – quando as exportações são maiores que as importações. Em 2019, segundo o Ministério da Economia, o saldo da balança comercial brasileira fechou em um superávit de US\$ 46,67 bilhões, menor valor desde 2015.

Ademais, soja, petróleo e minério de ferro foram os principais produtos exportados pelo Brasil. O resultado supracitado foi influenciado principalmente pela crise argentina, a tragédia de Brumadinho que impactou a produção de minério de ferro, a crise

¹ Estudante de Economia pela Universidade Federal de Alagoas e bolsista pelo Programa de Educação Tutorial (PET) de Economia da Ufal. rebeca.barroso@feac.ufal.br

da febre suína na China, afetando a produção de soja, e fatores como a disputa comercial entre China e Estados Unidos.

A taxa de câmbio é outro fator importante a se observar na análise de uma balança comercial. Esta taxa compreende a relação de troca entre duas moedas, influenciando a atividade econômica e o comportamento dos preços. Neste trabalho, a comparação utilizada é a relação entre o real - moeda nacional - e o dólar – moeda estrangeira. Ao longo dos anos, com a desvalorização do real e o aumento do dólar, o Brasil se comporta como um país mais atraente para os importadores estrangeiros. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as médias da taxa de câmbio real/dólar em 2016, 2017, 2018 e 2019 foram de R\$ 3,49, R\$ 3,19, R\$ 3,65 e R\$ 3,94, respectivamente. Sendo assim, os maiores compradores de produtos brasileiros em 2019 foram China, Estados Unidos, Países Baixos, Argentina e Japão.

Em contrapartida, a balança comercial da Região Nordeste é, tradicionalmente, deficitária, como pode ser observado na tabela 1 que mostra o valor exportado, o valor importado e o saldo em dólares. Nos últimos anos, as exportações nordestinas, reduzem o seu potencial, fazendo com que as importações se sobressaiam, gerando sucessíveis déficits. Em 2019, por exemplo, as importações se centralizaram na compra de gásóleo, naftas, sulfetos de minérios de cobre, propanos liquefeitos e gasolinas, exceto para aviação.

Analisa-se, dessa forma, um elevado grau de dependência das regiões subdesenvolvidas em face à industrialização tardia e às políticas que favorecem os países desenvolvidos. É por essa razão que a Região Nordeste e grande parte dos países da América Latina não se beneficiam com as trocas internacionais, assim, se mantêm produtores de *comodities* e, posteriormente, importam produtos industrializados de alto valor, o que provoca um desequilíbrio comercial difícil de atingir estabilidade.

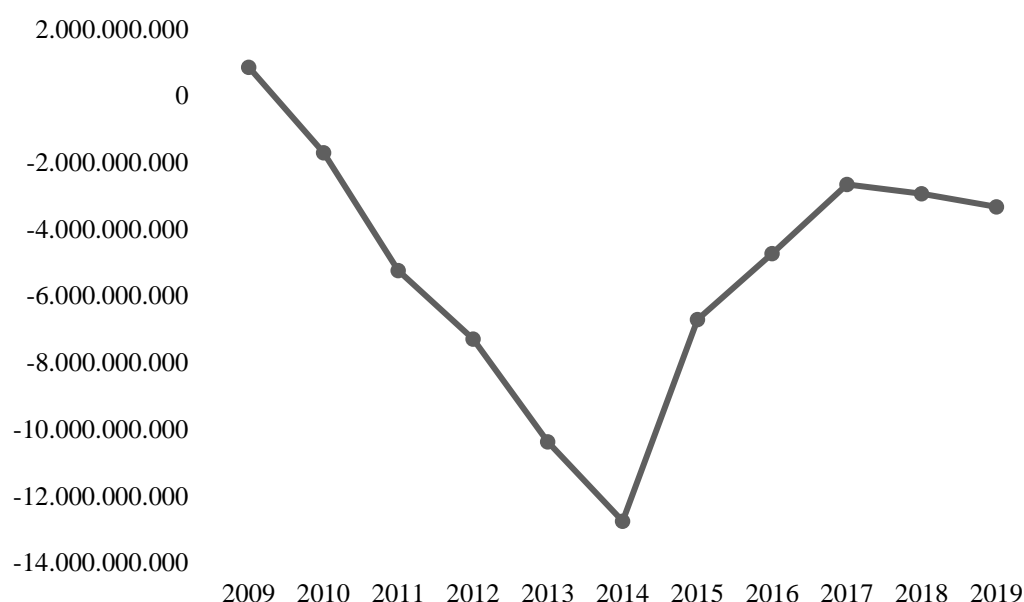
Tabela 1: Balança Comercial da Região Nordeste: exportação, importação e saldo (US\$) - 2009 a 2019

	Exportação	Importação	Saldo
2009	11.595.129.577	10.727.448.403	867.681.174
2010	15.849.624.126	17.548.264.942	-1.698.640.816
2011	18.834.267.948	24.064.512.832	-5.230.244.884
2012	18.762.351.680	26.054.977.368	-7.292.625.688
2013	17.261.735.742	27.637.313.512	-10.375.577.770
2014	15.905.651.493	28.660.524.468	-12.754.872.975
2015	14.648.307.528	21.356.969.690	-6.708.662.162
2016	12.811.973.031	17.534.456.005	-4.722.482.974
2017	16.759.308.731	19.406.208.465	-2.646.899.734
2018	18.742.806.291	21.675.421.346	-2.932.615.055
2019	16.886.950.931	20.207.965.342	-3.321.014.411

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

Neste sentido, durante os anos de melhores resultados, o Nordeste buscou produzir, principalmente, pastas químicas, óleo combustível, soja, açúcar, minério de ferro e óxido de alumínio.

Gráfico 1: Evolução do saldo em dólares da Balança Comercial da Região Nordeste de 2009 a 2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

O gráfico 1 mostra uma queda abrupta no saldo da balança comercial nordestina nos primeiros anos da década, seguido de um crescimento a partir de 2015. Depois deste ano, o saldo continua subindo, mesmo que ainda negativo, e passa a oscilar em 2018 e 2019. A balança atinge o único superávit em 2009, com US\$ 8.68 milhões.

A dinâmica da balança comercial do Brasil e da Região Nordeste se assemelharam na última década. As relações comerciais do país e conseqüentemente, do Nordeste, foram diretamente afetadas pela crise financeira e econômica no final da década de 2000. A partir de 2011, as exportações caíram e as importações despencam desde 2013, tendo um leve aumento nos últimos dois anos.

Assim, a balança comercial da Região Nordeste conclui o ano de 2019 com um déficit de US\$ 3.32 bilhões. Pode-se analisar, de acordo com a tabela 2, que os estados que mais contribuíram com esse resultado negativo foram Pernambuco, Sergipe e Paraíba.

Tabela 2: Balança Comercial dos estados da Região Nordeste: exportação, importação e saldo (US\$) - 2019

UF	Exportação	Importação	Saldo
Alagoas	319.088.835	665.943.197	-346.854.362
Bahia	8.168.158.116	6.772.304.966	1.395.853.150
Ceará	2.275.188.077	2.356.778.510	-81.590.433
Maranhão	3.543.622.779	3.551.463.014	-7.840.235
Paraíba	126.299.269	572.306.079	-446.006.810
Pernambuco	1.466.346.902	5.091.997.829	-3.625.650.927
Piauí	542.832.678	288.037.138	254.795.540
Rio Grande do Norte	394.853.337	167.932.277	226.921.060
Sergipe	50.560.938	741.202.332	-690.641.394
Total	16.886.950.931	20.207.965.342	-3.321.014.411

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

O estado de Pernambuco, apesar de ter sido deficitário, possui uma das maiores exportações do Nordeste, sendo responsável em 2019 por 1.47 bilhões de dólares exportados principalmente em automóveis com motor explosão, óleo combustível e tereftalato de etileno (polímero utilizado principalmente na forma de fibras para tecelagem e de embalagens para bebidas). Em termos de importação, o estado se destaca na compra de óleo diesel, propanos liquefeitos, querosenes de aviação e outras gasolinas.

Do outro lado, a Bahia sobressai como o estado com maior superávit (US\$ 1.39 bilhões) sendo US\$ 8.17 bilhões em exportações, impulsionadas pela venda de soja, pastas químicas, óleo combustível e algodão. É importante salientar também, ainda neste âmbito, a venda de óxido de alumínio (US\$ 1.26 bilhões) pelo Maranhão, o produto com maior valor exportado na balança.

Além da economia baiana, o estado do Piauí e do Rio Grande do Norte aparecem como os únicos superavitários, com ênfase na produção de soja e melões, respectivamente. Ainda no âmbito das exportações, China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos (Holanda), Cingapura, Canadá e Alemanha foram os principais importadores dos produtos da Região Nordeste em 2019.

Portanto, diante dos resultados supracitados, ressalta-se a necessidade desse registro de transações comerciais que impacta diretamente no Produto do país, assim como a análise da taxa de câmbio e das condições de oferta e demanda do mercado. Por conseguinte, os efeitos de um déficit ou de um superávit possuem influência nos impostos, na taxa de desemprego e na inflação, de maneira que, é de suma importância para a economia e sociedade a compreensão das principais indústrias e quais os produtos mais relevantes do ambiente em que se está inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUE, Stanley. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Sobre a CEPAL**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

IPEADATA. **Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$) / dólar americano (US\$) - média**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Ministério da Economia. **Balança comercial brasileira: Acumulado do ano**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação e Importação Geral (vários anos)**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/17709>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

ANÁLISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO MEIO RURAL ALAGOANO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DA DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI

Wellington Felipe dos Santos Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos do sistema de previdência rural no combate à desigualdade de renda no estado de Alagoas. Para tanto, apresenta-se brevemente a trajetória histórica e o desempenho da previdência social rural brasileira. Depois, apontam-se algumas discussões teóricas que tratam sobre a importância das aposentadorias e pensões na região nordeste. A metodologia utilizada foi a de análise e decomposição do índice de Gini, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, para o ano de 2015. Os resultados mostram que os benefícios são grande parcela da renda e têm contribuição significativa no índice de Gini. Constatou-se que as aposentadorias tiveram uma contribuição para uma maior distribuição de renda entre as famílias da zona rural alagoana, mesmo que muitos avanços ainda precisem ser alcançados.

PALAVRAS CHAVE: Aposentadorias e Pensões. Desigualdade de Renda. Previdência Rural.

INTRODUÇÃO

O estado de Alagoas tem uma dinâmica econômica pouco diversificada ligada fundamentalmente à atividade agrária e aos serviços, o que determina os principais postos de trabalho no estado. Como a produção do setor primário é preponderante, os trabalhadores rurais representam uma parcela significativa da mão de obra alagoana. As condições de vida desse grupo são caracterizadas por diversas dificuldades socioeconômicas, como o alto grau de concentração da posse de terras, a concentração de renda e a pobreza rural.

Somam-se as dificuldades com os fatores climáticos e a seca, que ocasionam implicações na geração de renda e no emprego no setor rural, para compreender o porquê o território alagoano é um dos mais pobres do país, característica também visível em

¹ Economista. Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará – Caen/UFC. felipe-w-f@hotmail.com

várias regiões nordestinas. Muitos autores têm apontado que as aposentadorias são uma das poucas garantias mínimas de sobrevivência em áreas rurais. Muitas dessas pesquisas têm como objeto a população nordestina, com destaque para Silva e Lopes (2009), que analisam a contribuição do benefício previdenciário no combate à desigualdade de renda e pobreza no Nordeste. Baseado nesses trabalhos e motivado pela inexistência de qualquer análise desse assunto que traga, especificamente, o estado de Alagoas como foco de pesquisa, é que surge este trabalho.

O objetivo principal é contribuir com a análise, identificando os efeitos da previdência na desigualdade e pobreza das zonas rurais alagoanas, e apontar a importância das aposentadorias para sobrevivência no meio rural de Alagoas. Para tanto será feita uma decomposição das fontes de rendimento que compõem a renda desses indivíduos. A metodologia usualmente aplicada nos trabalhos recentes sobre a temática tem utilizado a decomposição do índice de Gini e as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para analisar a contribuição da previdência social na concentração dos rendimentos domiciliares na área rural do Brasil.

Para além desta introdução, o trabalho é composto por mais cinco seções. Inicialmente, será apresentado um breve histórico da evolução da previdência social rural no Brasil. Em seguida, apresenta-se o referencial teórico/empírico sobre a importância do benefício para a redução da pobreza no país. A partir de então, explica-se a metodologia que será aplicada para a análise. Logo após, expõem-se e analisam-se os principais resultados alcançados, avaliando a importância do sistema previdenciário rural para melhorar as condições de desigualdade de renda e pobreza dos trabalhadores rurais alagoanos. Por fim, são apresentadas as conclusões gerais.

UM BREVE HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL

A primeira vez na história da política previdenciária brasileira que o trabalhador rural foi contemplado de forma prática foi em meados da década de 1950. Em 1955, foi criado o Serviço Social Rural (SSR), órgão que seria financiado pelas empresas industriais urbanas tendo como objetivo prestar assistência às populações rurais, inclusão que aconteceu aproximadamente 40 anos após a implementação do sistema público de previdência social no Brasil. Muitos autores consideram que o serviço começou a

funcionar realmente em 1961, visto só a partir deste ano que os resultados se tornaram significativos. (BELTRÃO, OLIVEIRA e PINHEIRO, 2000).

Entretanto, o SSR foi extinto em 1962, passando-se suas funções para a Superintendência de Política Agrária (Supra). A principal finalidade dessa nova instituição era discutir a política agrária do país e pensar a reforma agrária, discussão fortalecida no governo de João Goulart. Maranhão e Filho (2018) mostram como a inclusão efetiva do trabalhador rural na legislação previdenciária se deu em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural). O fundo se mostrou pouco efetivo no seu objetivo de financiar os benefícios de aposentadoria no campo, devido à baixa abrangência na cobertura de trabalhadores.

Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000) apontam que o Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado em 1967, seguindo a trajetória de mudança nas políticas governamentais vindas após o golpe militar de 64, transformando os benefícios em basicamente assistência médico-hospitalar. Em 1971, foi implementado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural), substituindo todos os programas que falharam anteriormente, assumindo a administração e o financiamento do Funrural. O programa oferecia prestação de aposentadoria para a pessoa chefe da família a partir dos 65 anos de idade, por invalidez, pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral, serviço social e de saúde. O valor da aposentadoria correspondia à meio salário mínimo, enquanto as pensões equivaliam a 70% desse valor.

Os benefícios urbanos e rurais eram fatores opostos em relação à distribuição desigual de renda, com todos os trabalhadores rurais recebendo os mesmos benefícios ao contrário do seu congênere urbano. Buscando aumentar a redistribuição é criado, em 1977, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), que unificou os distintos grupos atendidos pelo sistema previdenciário. O Funrural e o Pró-Rural foram extintos, porém, o nome continuou a ser usado informalmente para caracterizar o sistema de aposentadorias no campo. (OLIVEIRA, BELTRÃO, FERREIRA, 1997).

O grande marco para a seguridade social rural brasileira é a Constituição de 1988, pois determinou finalmente a unificação das zonas urbanas e rurais no mesmo programa e sem distinções, além de universalizar o acesso para ambos os gêneros. A Constituição foi marcante no setor rural, estabelecendo novos parâmetros como o acesso universal de

idosos e inválidos de ambos os sexos, as trabalhadoras do campo passaram a ter direito à aposentadoria por idade, a partir dos 55 anos, independentemente do cônjuge, e os homens tiveram idade mínima reduzida para 60 anos, passando a ter direito à pensão em caso de morte da esposa segurada. O valor do benefício foi elevado para um salário mínimo, incluindo as pensões. (BELTRÃO, OLIVEIRA e PINHEIRO, 2000).

Durante a década de 1990 o setor rural teve a substituição da Renda Mensal Vitalícia (RMV) pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), mantendo o antigo modelo de contribuição, retido no valor de comercialização, e dividido em três categorias: empregado rural, contribuinte individual e segurado especial. Diferente da categoria urbana, os trabalhadores rurais não foram obrigados a passar por um período mínimo de colaboração, bastando comprovar tempo de atividade. (FERREIRA, SOUZA, 2007; OLIVEIRA, BELTRÃO, FERREIRA, 1997; SCHWARZER, 2000).

A última mudança na previdência rural aconteceu em 2008, estabelecendo o mecanismo simplificado de contrato de trabalhadores rurais, em atividade de curta duração. A mais recente reforma previdenciária, em 2019, não apresentou alterações em relações ao público rural, mantendo a idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, além de 15 anos de trabalho para ambos os gêneros.

A IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA RURAL PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO NORDESTE

Ao fazer um panorama da desigualdade de renda no país, utilizando o estudo de Ferreira e Souza (2004), tem-se que as diferenças do rendimento domiciliar per capita, no período de 1981 a 2001, mostram que as pessoas que se encontram entre os 10% mais ricos se apropriam de aproximadamente 48% do total da renda, enquanto os 50% mais pobres detêm cerca de 12%. As pessoas que compõem os 10% mais ricos detêm uma renda 3,7 vezes maior do que todo o rendimento dos 50% mais pobres.

No setor rural a agricultura é a principal fonte de renda, tendo maior participação na receita total dos produtores pequenos, médios ou grandes. Essa informação é importante pois a zona rural compõe parte considerável da região nordeste. Entretanto, Mariano e Lima (1998) dizem que a atividade agrícola é considerada uma fonte de desigualdade crescente entre os produtores rurais.

A previdência social tem apresentado impactos na renda das famílias no Brasil. Essa relação apresenta características diferentes quando consideramos a previdência nas

áreas rurais, como mostram Silva e Lopes (2009), os benefícios concedidos aos beneficiários rurais têm se mostrado mais significativos na composição da renda familiar. Analisando os efeitos da previdência na região nordeste, por apresentar a maior parcela da população pobre do país, Delgado (1997) apresenta que a região é o espaço de maior cobertura previdenciária, com cerca de 4,5% de sua população total coberta pelos benefícios, e com valores recebidos com relação à renda domiciliar rural consideravelmente maiores.

A maioria dos aposentados reside em pequenos municípios, sempre com proporção pequena de beneficiários em cidades com grande número de habitantes. Essa informação caracteriza um espaço demográfico com perfil rural e microurbano, representando a maior parte dos municípios nordestinos. Além disso, o grupo dos inativos tem participação percentual próxima de 50% na renda média rural. Pode-se interpretar que nas variadas regiões mais pobres do país a renda rural depende basicamente do sistema previdenciário. (DELGADO, 1997).

Delgado e Cardoso (2000), analisando as mudanças vindas após a Constituição de 88, apontam que em média pagou-se 1,70 benefícios por domicílio no Nordeste, na qual a renda das famílias com acesso aos benefícios previdenciários situava-se, em média, 3,6% acima do rendimento dos sem acesso ao seguro social e o sistema previdenciário representa 71,2% em média da composição total do orçamento domiciliar na região.

De acordo com os resultados apresentados, pode-se concluir que a previdência permitiu melhorar os níveis de ganho no campo, ficando clara a importância da previdência rural para a redução da desigualdade de renda no Nordeste.

METODOLOGIA

A fonte de dados utilizada será a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2015. A variável utilizada neste estudo será o rendimento familiar, que é alcançado considerando a soma dos rendimentos dos componentes da família residentes no mesmo domicílio. O método utilizado é a decomposição do coeficiente de Gini por fontes de renda, essa metodologia considera o impacto individual dos diferentes componentes da renda na desigualdade. O coeficiente de Gini, se trata de um instrumento estatístico para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, visando mensurar a desigualdade de uma distribuição.

A técnica da decomposição do coeficiente de Gini por fontes de renda que foi

utilizada nesse trabalho é a mesma aplicada por Silva e Lopes (2009), tendo como base os estudos de Fei; Ranis e Kuo (1978); Pyatt; Chen e Fei (1980) e Shorrocks (1983).

A distribuição total da renda corresponde a $Y = (Y_1, \dots, Y_n)$ e a distribuição de k rendas é dada por $Y_k = (Y_{1k}, \dots, Y_{nk})$. Assumindo que a renda total é a soma dos componentes individuais, teremos que $Y = \sum k Y_k$, assim podemos analisar a contribuição das fontes nas transformações da distribuição total.

De acordo com Silva e Lopes (2009), admite-se que a renda total familiar Y pode ser decomposta por k fontes, sendo assim:

$$Y = \sum_{i=1}^K Y_k = Y_1 + Y_2 + Y_3 + \dots + Y_k \quad (1)$$

Depois de considerar que a renda total pode ser decomposta pelas fontes que a compõem, Silva e Lopes (2009) empregam o índice para a distribuição do rendimento familiar, definindo-o como:

$$G(Y) = \frac{(2cov[Y, F(Y)])}{\mu} \quad (2)$$

sendo $cov[Y, F(Y)]$ é a covariância entre a renda familiar e a sua classificação média e μ representa a renda média das famílias. Para as famílias com menor renda, o valor do *rank* será igual a 1 e aquelas com maior renda, terão valor do *rank* igual a n . Se mais de uma família tiver renda igual, então, para cada uma, será dada a média dos *ranks*. O coeficiente de Gini da fonte k da renda familiar é determinado por:

$$G(Y_k) = \frac{(2cov[Y_k, F(Y_k)])}{\mu_k} \quad (3)$$

no qual μ_k e $F(Y_k)$ são, respectivamente, a média e a classificação, em média, da fonte k da renda familiar. Essa expressão também é conhecida como Gini relativo do componente k .

A razão concentração das fontes de renda, que aponta as fontes com maior influência na composição do índice, é definida como:

$$C_k = \frac{2}{n\mu_k} cov[Y_k, F(Y)] \quad (4)$$

Esta expressão, como numerador, junto com (3), como denominador, formam a razão correlação de ordem, que é definida pela seguinte relação:

$$R_k = \frac{C_k}{G(Y_k)} = \frac{cov[Y_k, F(Y)]}{cov[Y_k, F(Y_k)]} \quad (5)$$

em que $cov[Y_k, F(Y)]$ é a covariância entre os ganhos da fonte k e a classificação da renda total familiar. O valor da razão correlação está no intervalo $[-1,1]$ e representa a intensidade de associação entre o componente k e a renda total.

A participação de determinada fonte k , na renda total familiar, é definida pela expressão:

$$S_k = \frac{\mu_k}{\mu}, \quad (6)$$

no qual μ_k é a renda média da fonte k , e μ é a média da renda total familiar. A expressão é relativamente simples, servindo para apresentar o quanto uma fonte de renda específica participa da total, sendo a parcela do componente k na receita em sua totalidade. Esse resultado se diferencia da razão concentração por mostrar resultados individuais, enquanto a concentração revela quanto da renda total é formada por determinadas fontes.

Com base nas expressões acima, pode-se usar (3), (5) e (6) para obter o coeficiente de Gini, $G(Y)$, do total da renda familiar, em função dos coeficientes das fontes, k , a partir da seguinte expressão:

$$G(Y) = \sum_{k=1}^m \left(\frac{cov[Y_k, F(Y)]}{cov[Y_k, F(Y_k)]} \right) \left(\frac{2}{\mu_k} cov[Y_k, F(Y_k)] \right) \left(\frac{\mu_k}{\mu} \right) \quad (7.1)$$

A equação acima pode ser sintetizada como demonstrado por Lerman e Yitzaji (1985), o coeficiente de Gini é representado por:

$$G(Y) = \sum_{k=1}^m S_k R_k G(Y_k) \quad (7.2)$$

A influência de qualquer componente da renda sobre a desigualdade depende de: a) a participação da renda k nos rendimentos total (S_k); b) como a renda k e a distribuição estão correlacionadas (R_k) e c) o nível de qualidade da distribuição da renda k ($G(Y_k)$).

Assim como Silva e Lopes (2009), observou-se uma decomposição secundária que divide o Gini da fonte k , $G(Y_k)$, em duas parcelas:

$$G(Y_k) = (1 - p_k) + p_k G_{(Y_k)}^*, \quad (8)$$

em que p_k é a proporção das famílias com a fonte k ; $(1 - p_k)$ é a fração das famílias que não possuem essa renda; e $G_{(Y_k)}^*$ é o coeficiente de Gini entre as pessoas que possuem essa renda. Nesta notação, $G(Y_k)$ é o coeficiente de Gini que considera o número de indivíduos da população amostral, em proporção, que estão atrelados a uma fonte de renda, uma vez que existem outras pessoas que possuem outros rendimentos diferentes.

A participação relativa de cada fonte na desigualdade da distribuição da renda total familiar pode ser definida como:

$$I_k = \frac{S_k G_k R_k}{G(Y)} \quad (9)$$

Quanto maior for essa parcela, maior será a contribuição da fonte k na desigualdade total. Esse valor também pode representar a contribuição de uma fonte para afastar um conjunto de indivíduos do estado de bem-estar.

Por fim, ainda de acordo com Lerman e Yitzaji (1985), da decomposição do índice de Gini pode-se ainda obter o coeficiente de concentração relativa da fonte k na desigualdade total da renda familiar:

$$g_k = R_k \frac{G(Y_k)}{G(Y)} \quad (10)$$

Se $g_k > 1$, a fonte de renda contribui para aumentar a desigualdade. No entanto, se $g_k < 1$, a fonte de renda contribui para reduzir a desigualdade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta os resultados da decomposição do índice de Gini por fontes de renda familiar. Considerando os dados de 2015, o trabalho principal tem a maior participação no total da renda familiar entre todas as fontes, seguida de perto pelos rendimentos de aposentadoria e pensões. O trabalho e a aposentadoria representam 82,35% da renda total, sendo divididos, respectivamente, em 43,46% e 38,89%.

Tabela 1 - Decomposição do Índice de Gini por Componentes da Renda Familiar, Alagoas Rural, 2015.

Fonte de Rendimentos (k)	Participação no total da renda familiar (S_k)	Índice de Gini das fontes de renda k ($G(Y_k)$)	Razão de Correlação (R_k)
Trab. Principal	0,4346	0,8733	0,4809
Aposentadoria e Pensões	0,3889	0,8627	0,7495
Aluguéis	0,0036	0,9984	0,8939
Doações	0,0093	0,9912	-0,0582
Outras fontes	0,1591	0,9014	0,0708
Outras contribuições	0,0054	0,9963	0,1802

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2015).

Todos os índices de Gini das fontes de renda apresentaram valores elevados, ou seja, próximo a 1. Os que apresentaram maiores índices foram aluguéis: $G_{ALUGUÉIS} = 0,9984$; outras contribuições: $G_{OUTRAS CONTRIBUIÇÕES} = 0,9963$; doações: $G_{DOAÇÕES} = 0,9912$ e outras fontes: $G_{OUTRAS FONTES} = 0,9014$. O menor índice de Gini o do rendimento

de aposentadoria e pensões: $G_{APOSENTADORIA E PENSÕES} = 0,8627$. Os resultados mostram que praticamente todas as fontes têm um elevado grau de desigualdade de renda no setor rural de Alagoas, entretanto, a fonte de menor desequilíbrio é a aposentadoria e pensões previdenciárias.

Observa-se que as mais altas correlações com a renda total foram dos aluguéis e aposentadorias e pensões. Todas as fontes apresentaram correlação positiva com a renda total, com exceção das doações que exibiu correlação negativa. Sendo assim, as doações diminuem quando a renda total familiar crescer e todas as outras fontes tendem a aumentar quando a renda total familiar cresce.

O principal resultado é referente à composição da renda familiar, observa-se que as aposentadorias e pensões tem participação significativa, sendo a segunda maior parcela da renda total. Isso é importante, pois o estado tem características de sazonalidade nas ocupações rurais. Por ter uma dinâmica econômica centrada na produção primária, especificamente a cana-de-açúcar, parte da renda do trabalho principal não está disponível durante todos os meses do ano. Como fator agravante o setor açucareiro alagoano vem sofrendo sucessivas crises, condensando ainda mais os rendimentos do trabalhador do campo. A baixa diversificação de produtos agrícolas também dificulta a renda dos trabalhadores, visto que muitas ocupações estão ligadas a produção de uma única cultura.

A tabela 2 mostra a contribuição de cada fonte para a desigualdade da distribuição da renda total da região rural do estado de Alagoas. Nota-se que são das aposentadorias e pensões as maiores contribuições absolutas e relativas para a desigualdade.

Tabela 2 - Contribuição das Fontes de Renda para o Índice de Gini Total, Alagoas Rural, 2015.

Fonte de Rendimentos (k)	Contribuição absoluta ao Coef. Gini ($S_k G_k R_k$)	Contribuição relativa à desigualdade de renda $I_k = (S_k G_k R_k) / G(Y)$	Contribuição de k no Gini (Share)	Coefficiente de Concentração Relativa (g_k)
Trab. Principal	0,1825	40,7610	0,4075	-0,0271
Aposentadoria e Pensões	0,2515	56,1573	0,5615	0,1726
Aluguéis	0,0032	0,7175	0,0072	0,0036
Doações	-0,0005	-0,1198	-0,0012	-0,0104
Outras fontes	0,0102	2,2676	0,0227	-0,1364
Outras contribuições	0,0010	0,2165	0,0022	-0,0032
Gini Total		0.4478		

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2015).

De forma relativa, 56,16% do índice de Gini total devem-se à desigualdade da distribuição de renda das aposentadorias e pensões. O efeito das rendas de doações sobre a desigualdade de renda foi negativo nas categorias de contribuição, significando que a renda de doações diminui o coeficiente de Gini. A contribuição “Share” mostra a participação da fonte k na desigualdade da distribuição de renda, os rendimentos com maior presença foram os de aposentadorias e pensões.

A decomposição do índice de Gini permite indicar se determinada fonte de renda contribui para reduzir ou para aumentar a desigualdade. Se o coeficiente g_k for menor que 1, a fonte de renda ajuda a diminuir a desigualdade; se for maior que 1, então contribui para aumentar a desigualdade. Analisando os resultados verifica-se que todas as fontes de rendas estudadas contribuíram para reduzir a desigualdade. A maioria, inclusive, apresentou resultados negativos, o maior valor foi de aposentadorias e pensões.

O coeficiente de Gini geral do meio rural alagoano apresentou valor relativamente baixo, porém, deve-se salientar que embora a renda seja bem distribuída os seus valores

ainda são pequenos. Grande parte das pessoas que vivem nas zonas rurais de Alagoas sobrevive com rendimento per capita menor que salário mínimo. Também vale ressaltar que a fonte mais participativa da composição do índice geral é justamente aposentadorias e pensões, significando que a fonte é o principal fator de uma melhor distribuição.

CONCLUSÃO

Os resultados mostraram que todas as fontes apresentaram um coeficiente de Gini elevado, o que teoricamente significa que aumentam a desigualdade de distribuição de renda, entretanto, não se pode analisar esses índices de forma isolada. Primeiro, porque as aposentadorias e pensões foram apresentaram menor Gini por fonte, ou seja, as que menos contribuíram para o aumento da desigualdade entre todas as fontes estudadas. Depois, pode-se observar que apesar dos coeficientes altos, o coeficiente de Gini geral apresentou efeitos positivos. Esse resultado representa uma maior distribuição de renda entre as famílias.

Para demonstrar a efetividade do seguro social no meio rural alagoano, ressalta-se que praticamente a totalidade dos recursos, de um dos principais componentes da renda, tem origem no sistema de previdência oficial. O caso de Alagoas é uma evidência da necessidade da participação do estado em determinadas regiões, considerando as dificuldades produtivas, os recursos estatais são uma das poucas opções de sobrevivência.

Por fim, é possível concluir a análise dizendo que a previdência é um instrumento importante quando se considera as necessidades dos trabalhadores das regiões rurais alagoanas. As evidências mostram que o tem benefício sido relevante no enfrentamento da desigualdade e da pobreza em Alagoas.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 759).

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Universalização de Direitos Sociais no Brasil: o Caso da Previdência Rural nos Anos 90**. Coleção Previdência Social, série debates: previdência, assistência social e combate a pobreza, 2000.

DELGADO, G. C. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília, DF: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 477).

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. de. **Previdência social e desigualdade: a participação das aposentadorias e pensões na distribuição da renda no Brasil–1981 a 2001.** Encontro Nacional De Economia, v. 32, 2004.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. de. **As aposentadorias e pensões e a concentração dos rendimentos domiciliares per capita no Brasil e na sua área rural: 1981 a 2003.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. 4, p. 985-1.011, dez. 2007.

LERMAN, R. J.; YTZAHKI, S. **Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States.** Review of Economics and Statistics, v. 67, p. 151-6, 1985.

MARANHÃO, R. L. A.; FILHO, J. E. R V. **Previdência rural no Brasil.** 2018.

MARIANO, J. L.; LIMA, R. C. **A desigualdade da renda rural no Nordeste: uma análise da desagregação do coeficiente de Gini e da sensibilidade do índice de Sen.** Análise Econômica, n. 26, p. 103-118, mar. 1998.

OLIVEIRA, F. E. B. de; BELTRÃO, K. I.; FERREIRA, M. G. **Reforma da previdência.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 508).

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 729).

SILVA, J. L. M. de; LOPES, T. de S. **Efeitos da Previdência Social sobre a desigualdade e a pobreza rural no Nordeste: Uma análise da decomposição do Índice de Gini.** Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 1, p. 203-216, 2009.

ANÁLISE INFLACIONÁRIA DA CARNE PALETA NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2019

Carlos Vinícius Marques dos Santos¹

RESUMO

O presente documento traz uma análise inflacionária da carne paleta (também conhecida como Pá) no período do segundo semestre (julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro) do ano de 2019, através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 13 locais. Sendo 11 cidades: Belém, Recife, Salvador, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Rio Branco, São Luís, Aracaju, Campo Grande e Brasília, mais o Brasil como um todo. Referente à cidade de Feira de Santana-BA que também entra no estudo, os dados são do mesmo período, entretanto, com base nos dados da Cesta Básica, Projeto desenvolvido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), através do Departamento de Ciências Sociais (DCIS) e a Superintendência de Estudos Econômicos Sociais (SEI) vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Demonstrando como este item alimentício apresenta variações e quais são os motivos ou possíveis motivos a essa variação, fez-se uma análise quantitativa, observando tantos fatores nacionais como internacionais; assim, como dados micro e macroeconômicos. Para agregar a este trabalho, foram utilizadas outras fontes secundárias, como a Farmnews, Embrapa e Cepea-USP.

PALAVRAS-CHAVE: Inflação. Carne Paleta. Produção.

INTRODUÇÃO

Pode-se definir carne como tecidos animais adequados para utilização como alimento. Assim, quase todas as espécies animais poderiam ser utilizadas, no entanto as carnes mais consumidas restringem-se principalmente aquelas provenientes de animais domésticos (BELLIO, 2011). As carnes podem ser definidas como de primeira, segundo e terceira, isso relacionado com sua qualidade ou forma cultural da população, que

¹ Técnico em Alimentos pelo IF Baiano Campus Santa Inês-BA. Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), BA. Bolsista do PET-Economia e Pesquisador do Projeto Conhecendo a Economia Feirense: O Custo da Cesta Básica em Feira de Santana. E-mail: carlosviniciusmarques@outlook.com.

influenciará diretamente no consumo do alimento. A carne usada para este estudo é classificada como de segunda.

O Brasil é um dos países que mais produzem alimentos, em especial a carne, que por sua vez, possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Em 2015, o país possuía mais de 209 milhões de cabeças, sendo o segundo maior exportador e consumidor de carne, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa (2016). O Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Rondônia e Rio Grande do Sul, lideram, com 76,0% dos abates no país (IBGE, 2016). A pecuária industrial vem demonstrando altas taxas de crescimento nos últimos anos, tendo como fulcro, principalmente, o aumento na produção mundial de animais, bem como um elevado consumo per capita (BELLO,2011).

É interessante observar essas oscilações por localidade e mês, pois retratam dados curiosos de como caminha esse segmento no mercado nacional. Segundo Cyrillo (2017, p.7), “durante processos inflacionários, os preços das mercadorias individuais não aumentam todos na mesma proporção. A inflação causa distorção nos preços relativos, ou seja, os preços de algumas mercadorias aumentam mais, e outros menos”

A carne, sendo um produto de grande produção brasileira, vem sofrendo por variações de preços em todo o território nacional. Visto esse cenário, fez-se uma análise dessas possíveis variações, tanto do âmbito por regiões, como do Brasil como um todo, correspondente ao segundo semestre do ano de 2019, indo de julho a dezembro.

METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de pesquisa-ação conforme Thiollent (2011), pois além do envolvimento dos pesquisadores com agentes e práticas dessa área, tendo como sustentação teórica referências do setor sobre carne e inflação. Diante disso, o texto apresenta-se segmentado advindo de seções, objetivando uma melhor clareza dos assuntos abordados. Além do mais, o material é composto de gráficos para facilitar e deixar as informações mais claras. Este texto, compõe-se, da introdução, desta metodologia, dos resultados e discussões e da conclusão.

Decidiu-se utilizar a carne paleta por ser uma carne de segunda e bem utilizada no cotidiano dos brasileiros, assim, a população que mais consome esse produto corresponde

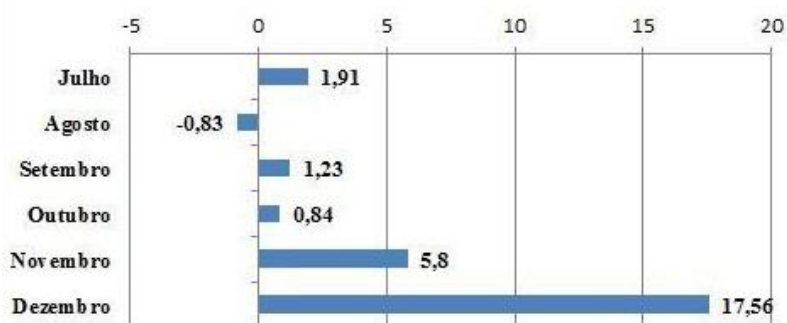
a uma classe de baixa renda, desta forma, sendo mais sensíveis às variações de preços. Que ao curto, médio e longo prazo afetam a quantidade demandada tanto da carne como de outros alimentos proteicos (ovos, frango, peixe entre outros).

Tendo como indicador essencial para a pesquisa, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final. O IPCA é considerado o índice oficial de inflação do país. São considerados nove grupos de bens e serviços: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais; transportes e vestuários. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, (2019) “inflação é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação”. Neste trabalho, os indicadores foram o IPCA e a Cesta Básica². Tendo em vista esse cenário, inicia-se uma análise deste produto alimentício.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De início, as observações feitas serão no Brasil, como forma mais ampla e bruta, após isso, serão detalhadas as próximas cidades e por fim, Feira de Santana.

Gráfico 1: Variação percentual (%) da carne Pá no Brasil, entre julho e dezembro de 2019.



Fonte: Elaboração própria com bases nos dados do IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 2020.

² Conhecida como Ração Essencial Mínima, a Cesta Básica é composta por 12 produtos (arroz, feijão farinha, carne, legume, fruta, óleo, café, leite, açúcar, pão e manteiga), regulamentado pelo Decreto-Lei Nº 399, de 30 de Abril de 1938.

De acordo com o gráfico 1 que representa a variação da carne Pá no Brasil, no segundo semestre no ano de 2019, pode-se perceber que o maior percentual ocorreu no mês de dezembro, correspondendo a 17,56%. Enquanto que no mês de agosto o produto teve uma redução de -0,83%. Os meses de julho, setembro, outubro e novembro as variações foram positivas, equivalente a 1,91%, 1,23%, 0,84%, 5,8%, na devida ordem. Um dos principais motivos ao qual fez com que aumentasse o preço da carne bovina foi a exportação para a China. A China vem passando por momentos preocupantes que abalam a sua economia, entre elas: uma guerra comercial com os Estados Unidos e a peste suína que matou inúmeros animais, fazendo com que os chineses aumentassem absurdamente sua demanda por carne estrangeira.

Por meio deste cenário do aumento do preço da carne bovina, os consumidores brasileiros estão optando por carnes de frango, peixe e porcos, sendo preços mais baixos comparado com a carne bovina. Ao longo prazo, os preços da carne de frango, do peixe e porco tenderão a aumentar notavelmente. Dados publicados pela Cepea-USP (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo), apresentam que o valor do boi aumentou em média de 35,5% durante o mês de novembro.

Com o crescimento populacional que aumenta a demanda por proteínas, os países vêm investindo para produzir mais proteína. Segundo OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a taxa de crescimento por ano para os países em desenvolvimento será maior em comparação a países desenvolvidos. Mesmo nos países com grandes extensões de terras, como China e Índia, a taxa demográfica em junção com o esgotamento dos recursos naturais, torna-se essa expansão difícil. Esses dois países, respondem, em média, por 38,6% da população mundial, com 2,7 bilhões de pessoas (FAO, 2017).

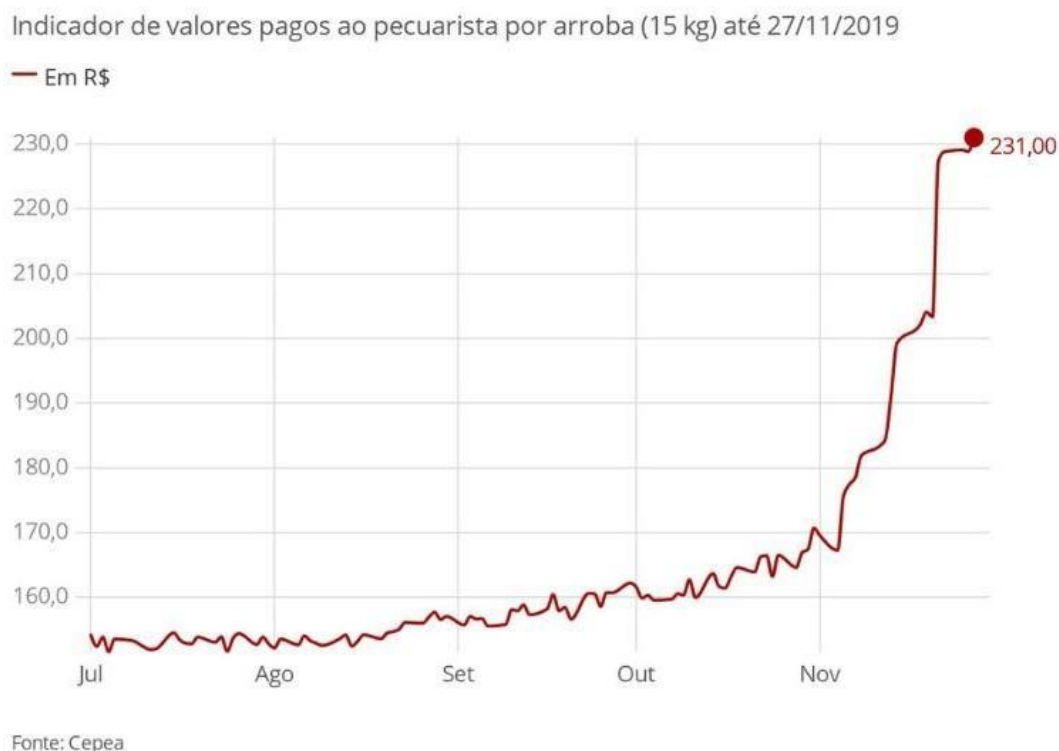
De acordo com o gráfico 2, o Brasil se encontra em segundo lugar na produção de carne, correspondente a 15,4%, perdendo apenas para os Estados Unidos, representando 19,6%. Interessante notar que em quarto lugar se encontra a China, com 11, 5% da produção. Após as situações que a China vem passando, o Brasil aumentou suas exportações de forma significativa para esse país.

Gráfico 2: Ponderação na produção mundial de carne bovina em 2017.

Fonte: USDA/Scot Consultoria, 2017.

De acordo com o gráfico 3 da Cepea, que realizou um estudo sobre o preço da arroba do boi no Brasil no segundo semestre do ano 2019. Entre julho e agosto, o preço se mantém estabilizado, ficando visível o aumento significativo no mês de novembro, tendo sinais de início entre agosto e setembro. Outros produtos alimentícios também são afetados diretamente e indiretamente, gerando um efeito dominó. A exemplos, o preço de outros produtos proteicos, seus derivados e produtos lácteos. Não podendo esquecer de ser mencionado os produtos que dependem do couro do boi, como alguns artesanatos e produtos da indústria, como produção de gelatina.

Gráfico 3: Preço do boi gordo no segundo semestre.



Em conformidade com o resultado do Brasil, a cidade do Rio Branco (AC) também apresentou maior índice de aumento da carne Pá no mês de dezembro. Em seguida do mês de novembro, correspondendo a 5,68%, setembro, com 0,96%, outubro (0,63%), julho (0,07%) e a menor variação (0,03%) do mês de agosto.

A cidade de São Luís (MA) com dados interessantes que expressam a diminuição do preço da carne no mês de setembro e julho, -4,12% e -1,45 %, respectivamente. O mês que obteve o maior percentual de crescimento foi dezembro, correspondendo a 16,9%, notando uma discrepância muito grande em comparação com os meses anteriores. Em segundo lugar o mês de novembro, com 8,21% , agosto (4,29) e outubro (3,61%).

Em Aracaju (SE) também foi condizente com o resultado geral (Brasil) no mês de dezembro, tendo um percentual de 10,89%, obtendo uma percentagem maior em comparação com outros meses, na sequência o mês de novembro (3,13%), outubro (3,1%), julho (2,5%). Por sua vez, os meses de agosto e setembro tiveram variações negativas, isto é, diminuição dos preços, -0,5% e -1,35%, respectivamente.

Trazendo as variações de preço na cidade de Campo Grande (MS), sobressaindo sobre os demais meses, o mês de dezembro obteve um acréscimo de 21,03%, o segundo

mês condiz a novembro (12,88%), outubro (4,47%), julho (3,46%) e os meses de agosto e setembro tiveram queda, sendo que o de setembro representou -2,81% enquanto o de agosto -1,32%.

A carne em Brasília, que apenas no mês de agosto houve uma variação negativa (-2,62), os demais meses, dezembro, novembro, setembro, outubro e julho, tiveram aumento, correspondendo a 18,4%, 10,56%, 1,83%, 0,51%, e 1,9%, respectivamente.

A variação percentual da carne em Belém (PA) foi significativa no mês de novembro, representando 12,29%. Dado interessante, pois até o momento, o estudo em outras cidades apresentou o maior aumento de preço no mês de dezembro. Dezembro ficou em segundo lugar, sendo 10,83%, posteriormente outubro (5,19%) e julho (0,62%). Os meses de agosto (-0,38) e setembro (-1,22%) tiveram queda.

As variações de preço na cidade de Recife (PE) apresentaram resultados um pouco diferentes das cidades até aqui analisadas, pois o mês de outubro a carne obteve variação negativa (-0,63). Por sua vez, os meses de novembro (6,44%), setembro (2,72%) e agosto (1,12%) o preço do produto aumentou, destacando dezembro com 14,8%.

A capital metropolitana da Bahia, Salvador, em quase todos os meses houveram aumento do produto carne, exceto no mês de agosto que a queda do preço ocorreu (-0,91). Dezembro (17,01%), novembro (4,01%), setembro (2,92%), julho (1,9%) e outubro (0,09%) tiveram aumento, tendo o mês de dezembro se destacado entre os demais.

Na grande São Paulo (SP) a queda da carne se deu nos meses de agosto (-2,23), outubro (-0,97) e julho (-0,12). Em contrapartida, nos meses de dezembro, novembro e setembro os preços subiram, 19,1 %, 8,11% e 3,94%, respectivamente.

Curitiba (PR) foi à única cidade que obteve uma queda nos preços da carne no mês de novembro (-0,82), enquanto que o maior crescimento se deu no mês de dezembro, correspondente a 32,86%, em seguida se destaca o mês de julho (4,99), outubro (3,61%) e de agosto (3,12%). Setembro também alcançou baixa do preço da carne (-3,07%).

Por fim, as observações dos preços da carne na cidade de Porto Alegre (RS) que são discrepantes, ou seja, a cada mês apresentam altos e baixos no valor monetário (os meses oscilam, tendo aumento e diminuição). Dezembro (15,33), novembro (0,52), setembro (1,94) e julho (4,92%) tiveram aumento, enquanto que outubro (-1,37) e agosto (-2,36) os preços caíram.

Adentrando no estudo da cidade de Feira de Santana, o preço já apresenta queda no início do segundo semestre, correspondendo a -4,05. O mês seguinte (agosto), a carne já teve um aumento, constando uma variação de 2,82%. Já no mês de setembro, o produto volta a cair (-2,09%). No mês de outubro até dezembro a carne aumenta 0,31%, 7,08% e 14, 19%, respectivamente. O último mês do ano apresentou a maior variação entre outros meses.

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada sobre as variações dos preços da carne paleta no segundo semestre do ano de 2019, contabilizando os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, conclui-se que todas as cidades (exceto Belém) tiveram aumento significativo no mês de dezembro. A cidade de Belém, o maior índice de aumento correspondeu ao mês de novembro (12,29%). Em contrapartida, todas as cidades (exceto Curitiba) apresentaram aumento dos preços em novembro, entretanto, Curitiba obteve uma variação negativa neste mês (-0,82%). Além disso, Curitiba foi a cidade que mais obteve aumento no mês de dezembro (32,86%).

Realizando uma análise macroeconômica geral do país, o único mês que obteve baixa da carne foi o mês de agosto, tendo uma variação negativa de -0,83%. O mês de dezembro (17,56%) se destaca nesses aumentos, sobressaindo sobre todos os demais meses. As variações de preços, em suma, positivas, se deram pelo fato das exportações para a China, que ocasionam um efeito inflacionário no território brasileiro. Além do mais, a arroba do boi aumentou, influenciando diretamente no aumento dos produtos processados.

Outro ponto a ser abordado são os aumentos dos preços das outras carnes, em especial, as carnes de porco, peixe e frango. Por conta da migração do consumo para esses alimentos (os consumidores migraram da carne vermelha para esses tipos de carne) o efeito oferta e demanda descaiu sobre eles.

Por fim, o presente documento trouxe um panorama da variação da carne paleta no Brasil, com uma visão macro e não deixando de abordar uma análise micro. Ao longo prazo, os preços das carnes podem voltar ao que eram no início do ano, isso se dará por

diversos fatores que podem influenciar tanto a demanda como a oferta pelo produto alimentício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Canal Rural. Scot Consultoria. **Os desafios da cadeia da produção de carne no Brasil e no mundo.** Disponível em: <https://blogs.canalrural.com.br/blogdoscot/2018/09/13/os-desafios-da-cadeia-da-producao-de-carne-no-brasil-e-no-mundo/?uol=1>. Acesso em: 20 de Dez. 2019.

Conhecendo a Economia Feirense: o Custo da Cesta Básica em Feira de Santana. Boletim, meio digital. Acesso em: 08 de Dez. 2019.

KOBLITZ, Maria Gabriela Bello. **Matérias-primas Alimentícias: Composição e Controle de Qualidade.** Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2011.

SIDRA. **Bancos de Dados Estatísticos, IPCA.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/>. Acesso em: 18 de Dez. 2019.

UOL ECONOMIA. **Carne sobe todo dia e açougue tira placa de preço: 'Parece tempo do Sarney'.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/02/preco-da-carne-sobe-no-acougue-consumidor-muda-para-frango.htm>. Acesso em 19 de Dez. de 2019.

CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA ECONOMIA DO PETRÓLEO: O CASO DA VENEZUELA

Júlio Gomes da Silva Neto¹

Marcus Vinícius Sarmiento de Souza²

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade traçar uma breve historicidade da economia venezuelana. Elucidando quais foram os aspectos que possibilitaram, em tempos idos, o apogeu de sua economia bem como, em períodos recentes, sua derrocada. Apesar deste trabalho buscar elucidação do contexto histórico, aqui não se esgota todas as fontes pelas quais se encontram a Venezuela contemporânea. Trata-se de um resgate bibliográfico acerca dos agentes macroeconômicos e seu comportamento nas mais variadas formas de condução política interna e externa.

PALAVRAS-CHAVE: Câmbio; Desindustrialização; Mobilidade dos Fatores; Inflação

INTRODUÇÃO

Detentora da segunda maior reserva de petróleo do mundo, com cerca de 17,5% dos campos mapeados, a Venezuela possui hoje aproximadamente à sua disposição a possibilidade de extração de 298,3 bilhões de barris. Este único dado demonstra a importância geopolítica deste país à se considerar que, o petróleo ainda é a principal fonte de energia conhecido pelo homem. Já em meados de 1950 por exclusiva razão de suas jazidas de óleo, a Venezuela se consolida como um dos maiores PIB *per capita* da América Latina, superando em mais que o dobro alguns de seus vizinhos, com taxas que se aproximavam à de países europeus, intensivos em bens de capital como o caso da Alemanha Ocidental (FURTADO, 1957). Este privilégio natural foi e continua sendo para a Venezuela a razão mais íntima, tanto de seu destacado desempenho econômico, quanto de sua derrocada política e social ao longo de sua história recente.

Assentando suas origens sociais em estamentos semelhantes aos demais países da América Latina, a Venezuela correspondeu, em seu percurso colonial, a processo de concentração de meios de produção e riqueza, típico do continente sul americano. Típica

¹ Doutor e professor associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas

² Mestrando em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas

também, fora a forma de associação dos segmentos sociais privilegiados com a metrópole e em seguida com Inglaterra e Estados Unidos, correspondendo à vinculação hegemônica do período em questão. A emancipação do Estado venezuelano do começo do século XIX, ungida pelos grandes caudilhos, iria propiciar tão somente a afirmação definitiva desses segmentos e de seus interesses econômicos, dotados a partir dali do controle estatal, determinando sua orientação tributária e o direcionamento daqueles recursos.

É neste arcabouço sociopolítico que se assentou a exploração do petróleo na Venezuela. Deriva-se da base material de exploração desta atividade todas as suas consequências que, de uma forma ou de outra, encaminham o comportamento econômico e político do país, dali em diante. Conforme este recurso energético alcança dimensão e valor nos mercados internacionais, cresce também a iniquidade social venezuelana, determinando uma constante concentração de renda e poder sob domínio de algumas poucas famílias abastadas. Tal processo de estratificação social ganha ritmo acelerado na medida em que outros setores econômicos são preteridos à cadeia de produção do petróleo, concentrando não apenas a produção, mas também a renda nacional neste setor.

Vários foram os autores que corroboram para essa interpretação, oriundos de matizes materialistas, institucionalistas e particularmente, de orientação estruturalistas. Chamou atenção à idealização aqui presente, as contribuições de Celso Furtado quando de sua passagem por aquele país na década de (50), como adido, sintetizadas em uma série de ensaios. O mais famoso economista brasileiro a sessenta anos antevia as consequências de suas observações naquele país, se antecipando a outros autores que tratando a moeda e o câmbio como objeto de análise corresponderam a conclusões bastante semelhantes àquelas precursoramente apontadas por Furtado.

Destaca-se aqui o modelo de consequências estruturais desenvolvido pelos economistas W. Max Corden e J. Peter Neary, que trabalhando no contexto da Holanda na década de (60), desenvolveram a tese da **doença holandesa**³. A então escalada do preço do gás ali extraído, trouxe como consequência um aumento substancial das receitas daquele país e, por conseguinte, a extraordinária valorização do florim, sua moeda à

³ Conceito criado para designar problemas cambiais que derivam da descoberta de recursos minerais em abundância. Desta forma, o país que detém o monopólio, seja ele natural ou não, acaba por criar armadilhas que impedem o desenvolvimento de sua economia, pois um dos sintomas da doença é a sobreapreciação do câmbio e este por sua vez, inibe o progresso tecnológico e produtivo do setor industrial.

época. Com base neste modelo, em recente contribuição, Luiz Carlos Bresser-Pereira ao observar o comportamento disruptivo da indústria brasileira, concluiu como uma das consequências de desajuste da nossa economia, o desalinhamento dos valores (preços) entre o real e o dólar.

METODOLOGIA

O presente artigo baseia-se em uma análise bibliográfica abordando a tese da **doença holandesa** proposta de forma direta e indireta. Como adendo à bibliografia, dados dos portais mais respeitados do mundo, tais como: Banco Mundial, FMI e OPEP, também fazem parte da análise descritiva do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A capacidade dinâmica que a Venezuela possui em termos factíveis de troca com o mercado externo, deteriora sua autonomia em relação ao controle cambial. A doença holandesa é compatível com duas situações: sobreapreciação do câmbio e entradas excessivas de capital externo de forma indevida (o país não necessita desse aporte de capital). O primeiro caso é estritamente mercadológico pois que, ocorre pela falha de mercado que existe entre os produtores, proveniente de rendas ricardianas como sendo a remuneração do produtor mais eficiente em relação ao menos eficiente admitido no mercado. As commodities são a mais representativa estrutura de mercado de concorrência pura e perfeita, seus preços são definidos em níveis globais, onde nenhum produtor e consumidor consegue interferir em sua precificação. Desta forma, a renda ricardiana é inerente aos custos associados à atividade produtiva.

Notavelmente observa-se a influência da receita adquirida das exportações petrolíferas na economia venezuelana. Sendo assim, sua economia se traduz em uma volatilidade em momentos conturbados no setor externo, devido às flutuações ocorridas nos preços internacionais do hidrocarboneto, traduzindo-se, por sua vez, em mudanças profundas em sua estrutura político-econômica. Dado que os preços não afetam apenas o lado real da economia, mas também o lado monetário, ou seja, câmbio e taxa de juros. A especulação que o bolívar sofre em relação a essas flutuações apresenta uma alta taxa de correlação de modo que, as expectativas de alterações na taxa de câmbio variam em

sentido inverso aos preços. O mesmo ocorre para as reservas internacionais, com as fugas de capital do país. Dificultando, em última análise, o aprofundamento de ajustes mais equilibrados do câmbio, incorrendo em pressões inflacionárias e recessivas, a partir desse prognóstico.

Depreende-se que no período pós-guerra, àqueles países que passaram a ofertar o combustível do mundo, foram capazes de experimentar situações confortáveis, quanto a sua solidez econômica. A questão fiscal da economia foi a principal condição que permitiu a sua política de câmbio fixo, ou seja, a composição do investimento governamental derivado das rendas petrolíferas foi mais que significativa. Afirmado desta maneira para a necessidade que, caracterizando duas faces, uma era a razão indubitável da solidez da economia está ancorada nas receitas do setor dinâmico e a segunda, entretanto, pela instabilidade de haver apenas uma fonte segura de receita e não haver diversificação/proteção de sua autossuficiência. Tal processo só foi possível dadas as medidas adotadas no período da II Guerra Mundial, quais sejam: a Lei do Imposto sobre a Renda em 1942, a Lei de Hidrocarbonetos de 1943 e em 1947 um imposto conhecido como *fifty-fifty*, buscando uma participação igualitária dos benefícios petroleiros entre as companhias que operam no país e o Estado.

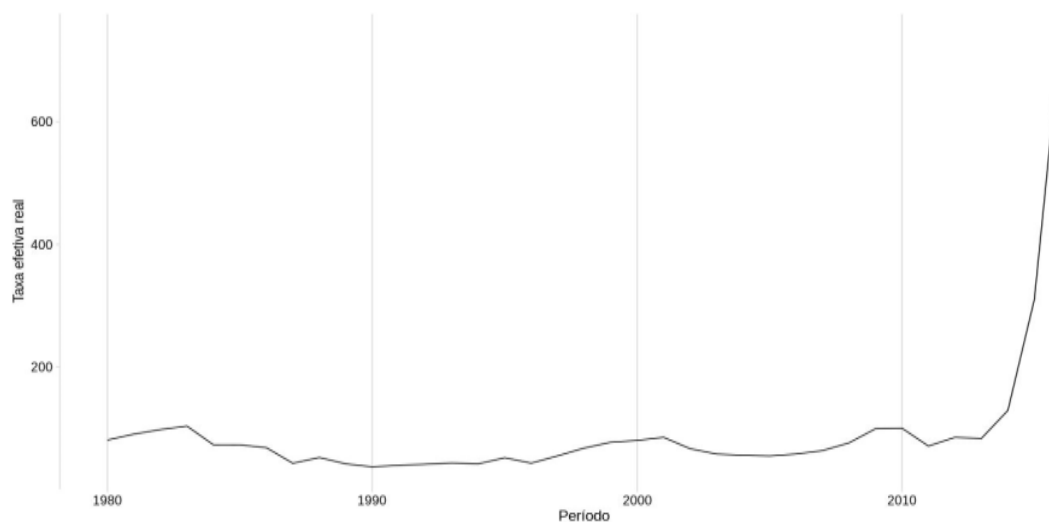
Desta forma pôde-se obter todo o período de estabilidade sustentada pelo uso da poupança externa. Portanto, este fora o único motivo que proporcionou a continuidade da utilização de câmbio fixo pois que, não havia a necessidade de políticas monetárias e cambiais para que houvesse um controle efetivo pois, não se havia problemas de receita e os gastos não se transformavam em pressões inflacionárias. De acordo com Pedro Palma (2008) a expansão da economia permitiu um acúmulo em grandes proporções de divisas externas, sobretudo o dólar, permitindo uma reserva internacional bastante elevada. Mesmo nos períodos de incertezas políticas, a saída de capital superou em muito as entradas, entretanto, a relação reservas e importação se manteve em patamares elevados.

Numa visão neoclássica dos precursores da tese sobre *doença holandesa*, Corden e Neary (1982), sustentam a ideia de que os fatores de produção (neste caso livres intersetorialmente) sofrem impactos significativos quando há variações nos preços internacionais dos recursos naturais do um país. Derivando-se assim em um *efeito*

*borboleta*⁴ nos demais setores da economia. Aumentando a demanda pelo bem, varia em sentido direto a remuneração da força produtiva o que fornece um deslocamento para o setor expansivo. A manufatura e serviços sofrem com a falta do dinamismo e os salários valorizados, desencadeando em uma desindustrialização direta pois que há uma significativa redução na produção industrial devido a redução de emprego (CORDEN; NEARY, 1982).

Sendo esse o efeito inicial de um “*boom*”⁵, será na fase subsequente em que se agrava ainda mais a instabilidade econômica. Há uma desestruturação do equilíbrio econômico e social após o aumento dos preços internacionais de commodities. Com um nível de renda mais elevado a massa consumidora terá ganhos reais e, desse modo, a taxa de câmbio real estará abaixo da variação da renda. Sendo assim, deve-se aumentar a taxa de câmbio real como medida de restabelecer o equilíbrio fiscal do país. O setor que sofrerá de forma positiva, os efeitos dessa nova estrutura salarial, será o de serviços (BLACK, C., 2017, p. 70).

Taxa de câmbio efetiva real (2010): de 1980-2014



Fonte: Banco Mundial Elaboração própria

A análise sumariamente proposta neste trabalho deverá debruçar-se sobre a

⁴ Quando analisado em sua forma estática, pode-se mensurar o efeito nas demais variáveis que compõem a análise. Entretanto, quando passada para dinâmica, torna-se incapaz de mensurar qual o caminho, intensidade uma simples perturbação pode inferir.

⁵ Termo utilizado pelos autores Corden e Neary para designar uma expressiva demanda a nível global das commodities extraídas pelo país.

importância do câmbio, de modo a facilitar a compreensão do estudo. Ele serve como medida direta de conversibilidade entre as moedas, sobretudo, aquelas que conseguiram no plano internacional, algum poder no comércio. A macroeconomia clássica permite que qualquer moeda alcance o patamar de “divisas internacionais”, desde que, haja uma série de critérios bem definidos, tais como: base sólida da política monetária, estabilidade política e econômica. E ter não somente a noção de que o intuito de transformar sua moeda em *divisas internacionais* é, porém, proteger-se das crises sistêmicas produzidas pelo sistema capitalista.

À luz da *doença holandesa*, a taxa de câmbio se traduz na ferramenta - indireta - que visa sua neutralização. Para Bresser-Pereira (2008) impostos sobre o produto importado e subsídios aos produtos exportados configuram-se em medidas que possibilitam a correção da falha de mercado. Logo, a supressão da doença holandesa. O autor ainda sugere que a Venezuela, em específico, mas não única, sofre da doença no estágio mais agravante: a de não ter tido a industrialização. O fato primordial sobre a taxa é que sob a influência das *commodities*, sua comercialização é compatível com a sobreapreciação do câmbio e sendo essa compatível, por sua vez, com um equilíbrio de médio e longo prazo da conta corrente, no balanço de pagamentos.

Os setores que vivem no passado econômico são processos produtivos que não estão ligados ao setor, especificamente o de petróleo, em expansão externa. Sendo assim, estes não conseguem impulsionar um dinamismo para além dos seus satélites. De modo semelhantes aos seus pares Latino Americanos, onde houve uma tendência ao desenvolvimento para fora, é natural que os setores que vivem nesse passado seja o de manufatura. O setor de serviços é beneficiado por diversas razões, seja por fornecer auxílio para setores que estão em expansão ou atender as necessidades da população, que por ora, estão com ganhos reais elevados.

Por essa mudança na estrutura socioeconômica da elevação dos salários reais a sobrevalorização da moeda doméstica e a competitividade externa influencia a reduzida participação da manufatura no PIB.

Se o país abandonar a neutralização com ou sem um aumento dos preços internacionais, ele só será capaz de manter setores manufatureiros e serviços comercializáveis com tarifa zero de importação se a gravidade da doença holandesa for suficientemente baixa para ser compensada por uma possível maior produtividade do país sobre seus concorrentes internacionais (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO. 2014).

Este é o patamar de maior dificuldade de reversão da doença, ou seja, a gravidade é o desvio em torno da média internacional da taxa de câmbio. Ora, se a Venezuela que optou por não desenvolver sua indústria e a agricultura é incipiente, com traços de subsistência, é natural que o barateamento da moeda externa favoreça a uma substituição dos bens e serviços interno aos externos.

A partir do momento em que se supera a fase do desenvolvimento para fora e a análise torna-se como vista para dentro de sua economia, é perceptível que a heterogeneidade existente entre os setores fossem potencializados. Aos moldes do sistema capitalista dos países desenvolvidos, incorporado em suas próprias instalações, não se limita em sua expansão apenas a atribuição desse modelo ter refletido em ganhos exponenciais de renda. Desta forma, essa fase ganha notoriedade pela sua capacidade de dinamizar vários mercados dentro do país pois, na medida em que a redistribuição de renda e a remuneração desses fatores ganham em produtividade, reflete numa riqueza generalizada.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados é evidente que o problema dos desequilíbrios da economia venezuelana esteja em curso decadente. O fato gerador desta constatação é que os modelos de desenvolvimento adotados atendem, não só ao período histórico do país, como também, os ditames externos. Em virtude do seu modelo dominante de endividamento externo e rentista, sobretudo na cadeia produtiva do petróleo, traçou-se uma trajetória comportamental da inserção no mercado externo e seus efeitos.

Em sentido inverso aos seus vizinhos sul americanos, observou-se que a Venezuela não trouxe consigo o período keynesiano pós década (30). O modelo que perdurou até a eclosão da crise atual fora o desenvolvimento para fora, com raízes no petróleo, gerando o aumento de divisas anteriormente relatado. Entretanto, com a precoce fluidez com que o desenvolvimento galgou aos píncaros do sucesso externo, trouxe, portanto, a sobreapreciação cambial. Nessa situação, qualquer intenção produtiva disruptiva ao petróleo estava fadada ao fracasso.

Outro argumento que esteve além da apreciação do câmbio, mas que envolveu de forma análoga os percalços que assentam os males oriundos da unificação produtiva, conforme se procurou mostrar, esteve exatamente na sobrecarga tributária das receitas

petrolíferas. A ineficiência fiscal e administrativa da indústria é duramente abatida em detrimentos das políticas adotadas. Além disso a transferência de recursos produtivos para áreas improdutivas, sob a óptica da maximização, mostrou seu evidente ponto de estagnação.

Viu-se que a unificação do câmbio apreciado e a questão fiscal defrontou-se após a década de 19(70), quando ocorreram os dois choques do petróleo. Em meados de 1980 a dificuldade em obter recursos externos com a decretação da moratória do México, pôs em xeque a capacidade administrativa da economia venezuelana, evidenciando a retórica de que os fluxos monetários deveriam seguir o curso produtivo, seja ele agrícola ou industrial (em sentido amplo).

Houvesse a Venezuela atrelado sua situação cambial às flutuações do mercado internacional, a soberania de sua moeda estaria condenada. Ter o bolívar apreciado em circunstâncias paralelas às decisões de controle por parte do Banco Central, ou depreciado, incorre-se em um alto risco de vulnerabilidade. Buscar efetivamente uma solução prática e sistemática, em um problema de elevado grau de complexidade, está para além do escopo e capacidade deste trabalho.

Entretanto, as vias pelas quais pode-se obter fôlegos para as crises sistêmicas que abalam, não só a economia, mas também a política e a sociedade em geral, é a instauração de reformas. Múltiplas tarifas para determinados produtos importados, possibilitando um direcionamento desse tributo na proposta de elevar a competitividade industrial e tecnológica. Sabe-se que o pacote liberal dos anos (90), impacta diretamente medidas que atentem para essa vertente. Sendo muito mais dificultosa a saída da dívida externa e, conseqüentemente, a possibilidade de transpor a barreira do subdesenvolvimento.

Não há perspectivas concretas de que efetivamente sejam viáveis quaisquer medidas para que seja traçada uma retomada ao crescimento. A redução da taxa de inflação da economia é muito mais sustentada pelo baixo consumo e investimento público, do que medidas cautelares. As propostas macroeconômicas, sejam elas estruturalistas ou não, pairam na incerteza sobre o futuro da Venezuela.

Buscar o entendimento para a questão produtiva da Venezuela sem que haja um traço histórico na análise, é relegar à superficialidade. A compreensão se dá ao perceber a extrema dependência do setor extrativista (primário) sem complexidade envoltos em sua produção. Mesmo que o seu passado por lutas e conquistas sociais, aumentos na renda

e qualidade de vida, conseqüentemente, impliquem na modificação da realidade. A fragilidade que a atual crise impôs à Venezuela, traz a notoriedade, também, dos riscos e desafios de longo prazo a serem enfrentados, mas na condição de periferia no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Maldição dos recursos naturais**. Folha de São Paulo, São Paulo, 06/06/2005.

_____. **Neutralização da doença holandesa**. Jornal Valor Econômico, São Paulo, 31/05/2007a.

_____. **Tarifa x Câmbio**. Folha de São Paulo, São Paulo, 02/07/2007b.

_____. **Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010a.

_____. **A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio no Brasil**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). *Crise Global e o Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010b.

BLACK, Clarissa. **UMA AVALIAÇÃO DA TEORIA DA DOENÇA HOLANDESA E DA HIPÓTESE DA MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**. *Análise Econômica*, v. 35, n. especial, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa no Brasil?**

In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO. **Doença holandesa**. Capítulo 5 de *Structuralist Development Macroeconomics*, Londres: Routledge, a ser publicado, 2014.

CORDEN, W. Max. **Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation**. *Oxford Economic Papers*, v. 36, n. 3, 1984.

CORDEN, W. Max; NEARY, J. Peter. **Booming Sector and De-industrialization in a Small Open Economy**. *The Economic Journal*, v. 92, n. 368, 1982.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.

PALMA, Pedro A. **Hiperinflación en Venezuela**. El Economista de Madrid, Espanha. 27/01/2018

PINTO, A. **Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento**. Tradução: ZAHAR EDITORES, 1973.

PREBISCH, R. **La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo**. Revista de la CEPAL, n.13, abril, (1981b).

ZERO, Marcelo. **Para entender a Venezuela**. Vi o Mundo. 8 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA UMA SOCIEDADE EMPREENDEDORA E A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE TI VERDE

Carlos Vinícius Marques dos Santos¹

RESUMO

O presente documento tem como objetivo principal, vislumbrar os novos parâmetros das práticas sustentáveis no meio empresarial que estão emergindo e se tornando ótimas ferramentas de gestão. Visto que, proporcionam séries de vantagens, entre as quais, menores custos de produção, menos impactos ao meio ambiente e melhores resultados, tanto de qualidade dos bens e serviços, quanto do grau de satisfação por parte dos consumidores. Ao mesmo momento, o presente artigo discorre a respeito destas práticas e seus impactos positivos ambientais e principalmente econômicos para a sociedade. Além do mais, é importante compreendermos que os ciclos mudam e junto à demanda do mercado também, por isso, se adequar para ofertar novos bens e serviços que realmente atendam as necessidades da população é essencial, aproveitando assim as oportunidades. Desse modo, as análises feitas constaram a real importância do movimento sustentável para as organizações, além das vantagens para o meio social.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Sustentabilidade. Desenvolvimento Social.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo no Brasil vem crescendo nos últimos anos de forma notável. Dados do SEBRAE afirmam que no ano de 2015 para cada 10 brasileiros, 4 são empreendedores ou envolvidos em algum tipo de negócios. Com números similares, uma pesquisa realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM)² no Brasil, aponta que aproximadamente 51,9 milhões de pessoas são empreendedores, destacando o público

¹ Técnico em Alimentos pelo IF Baiano Campus Santa Inês-BA. Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), BA. Bolsista do PET-Economia e Pesquisador do Projeto Conhecendo a Economia Feirense: O Custo da Cesta Básica em Feira de Santana. E-mail: carlosviniciusmarques@outlook.com.

² O programa da pesquisa GEM, baseada em avaliações sobre o nível de atividade empreendedora nacional para todos os países participantes, envolve uma exploração do papel do empreendedorismo no crescimento econômico nacional e revela a riqueza das características associadas com a atividade empreendedora.

jovem (18 a 24 anos), subindo de 18,9% para 22, 2%, no ano de 2017 e 2018, respectivamente. Desse quantitativo, 23,8% são mulheres.

Mesmo com toda esta dimensão e crescimento na atividade empreendedora, que possibilita oportunidades, é preciso estar atento à dinâmica das mudanças e inovações que ocorrem no mercado. Tem-se como exemplo preocupações com as questões ambientais no meio empresarial, emergindo de forma notável, mudando hábitos de produção e de consumo. Uma pesquisa realizada pelo Green Brands Global Survey³ em 2009, revelou que 73% dos brasileiros já pretendiam aumentar o consumo de bens e serviços ecologicamente responsáveis, sendo que 28% desses pagariam até 30% mais caro para isso. Estudos mais recentes produzidas pela Environment Research no ano de 2017, constataram que 85% dos entrevistados no mundo inteiro acredita que as questões ambientais devem ganhar mais relevância nos próximos cinco anos e no Brasil, o índice chegou a 95%. Por outro lado, há ainda equívocos e desinformação sobre este assunto. segundo Helio Mattar:

Muitos pensam que consumo consciente é sinônimo de privação ou desconforto. Em absoluto, o consumo consciente traz, por sua natureza, uma maior satisfação. Primeiro a de consumir o que você precisa e, ao mesmo tempo, a de contribuir, com seu consumo, para a construção de um mundo melhor.

No lastro desta tendência, a tecnologia da informação tem dado significativas contribuições para o desenvolvimento deste mercado de produtos ecologicamente sustentáveis, tanto para atender interesses do consumidor como das organizações produtoras. Os sistemas da Tecnologia da Informação Verde, ou apenas TI Verde, são ferramentas tecnológicas de gestão voltadas para redução de impactos ambientais causadas pelo homem. Além de diminuir os danos ao ecossistema, possibilitam melhor qualidade e durabilidade dos bens e serviços para a comunidade. De acordo com o levantamento realizado pelo SEBRAE (2019), em 2018, nos últimos meses, das micro e pequenas empresas pesquisadas, 35,7% fizeram alguma ação em prol do desenvolvimento sustentável e obtiveram redução de seus custos.

O cenário competitivo faz com que os empreendedores inovam e busquem por técnicas a fim de alcançar seus objetivos. Desta maneira, o alvo ao qual este trabalho está sendo direcionado é o crescimento das empresas que visam às chamadas Tecnologias da

³ É uma empresa americana que trabalha com produtos voltados para a área de informática, como computadores, hardwares e softwares.

Informação Verde. Investir em métodos de produção sustentáveis abrem vários caminhos de oportunidades empresariais e benefícios para a sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho é uma revisão da literatura obtida de pesquisas secundárias (SEBRAE, GEM, IBM, Instituto Akat, BISC, IBOPE, Fundação Bradesco entre outros) para demonstrar como a população humana vem mudando seus âmbitos de consumo de modo que a utilização da TI Verde no meio empresarial tem fortes impactos na sociedade e principalmente no sistema econômico. O presente texto é segmentado em seis partes: i) Resumo; ii) Introdução, iii) Metodologia; iv) Resultados e Discussões; vi) Conclusão e Referências. Facilitando a compreensão do leitor sobre o assunto.

A introdução abrange dados sobre o crescimento do mercado empreendedor, apresentando ideias do que seria a TI Verde e como os empreendimentos podem ser inovadores, tecnológicos e sociais, proporcionando as regiões empregadas mais saúde, educação, produtividade, infraestrutura e segurança. A metodologia aborda o corpo documental. A Fundamentação Teórica é a base, pois fortalece as ideias que o autor tem a defender. As Ferramentas de Gestão abordam modelos gerenciais que integram o meio empresarial-social-ambiental. Enquanto A Sustentabilidade em Frente ao Desenvolvimento Econômico e Social defende os modelos ambientais que influenciam nos gastos e receitas das organizações. As Considerações Finais são a conclusão do estudo e sintetiza as ideias centrais e seus resultados. E por fim as Referências Bibliográficas que foram usadas na elaboração do documento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo do tempo, o desenvolvimento de produtos tornou-se um processo muito importante para a competitividade. O aumento da concorrência, as rápidas mudanças tecnológicas, a diminuição do ciclo de vida dos produtos e o maior grau de exigência por parte dos consumidores demandam maior agilidade, produtividade e alta qualidade no trabalho da empresa, tanto em relação ao produto quanto aos processos e serviços que acompanham a venda. Portanto, a qualidade depende necessariamente da eficiência e da

eficácia das ações da empresa no processo de desenvolvimento de produto (VALÉRIO, 2006).

Dados emitidos pela International Business Machines- IBM⁴ afirmam que grandeparte das médias empresas estão tendo a iniciativa de reduzir os impactos ambientais e 70% das organizações brasileiras planejam ter projetos de sustentabilidade ambiental. O controle dos custos é o principal fator para que as empresas tomem a iniciativa da utilização da TI Verde. Além disso, os resultados são vistos na redução de matérias-primas e insumos energéticos. De acordo com Henrique Augusto⁵:

O mundo corporativo mudou e, a cada dia, novas tecnologias são lançadas e incorporadas pelas empresas. Processos e tarefas que antes demandava tempo e alto custo para desenvolvimento são agora realizados de forma rápida e barata. A tecnologia empresarial tem transformado as empresas, garantindo maior produtividade e aumentando os lucros.

De acordo com os resultados da pesquisa realizada pelo SEBRAE sobre empresas que investem na sustentabilidade, 45,9% utilizam a coleta seletiva de lixo, 27,5% usam modelos de lâmpadas mais econômicos, 27,3% controlam o consumo de papel, 21,2% recicla pilhas, baterias e pneus, 19,2% usam materiais reciclados, 17,2% controlam o uso da água e 16,9% controlam o uso de energia elétrica. Essas práticas no ramo empresarial propiciam vantagens econômicas e ambientais, refletindo diretamente no faturamento e “reputação” das instituições.

O IBOPE-Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, realizou uma pesquisa apresentando que 61% das pessoas mudariam seu estilo de vida em benefício para o meio ambiente, e 70% pagariam mais caro por bens e serviços visando a diminuição dos impactos para a natureza. Dessa maneira, é importante manter sempre na pauta a preocupação com relação à sustentabilidade do Planeta Terra, da espécie humana, da flora, do modelo de desenvolvimento e das organizações (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2019).

Através dos resultados da pesquisa realizada pela Benchmarking de Investimento Social Corporativo (BISC)⁶ que acompanhou os investimentos privados em ações sociais

⁴ É uma empresa americana que trabalha com produtos voltados para a área de informática, como computadores, hardwares e softwares.

⁵ Henrique Augusto é CIO da Qi Network, formado em tecnologia da informação, executive Coaching e Mentoring Coaching, especialista em desenvolvimento de líderes e jornada de inovação corporativa.

⁶ O BISC é uma valiosa ferramenta que traça parâmetros e comparações sobre o perfil do investimento social privado no Brasil, acompanhando a evolução dos compromissos sociais das empresas participantes que acreditam na sua parcela de responsabilidade na proteção do meio ambiente e geração de solidariedade social.

por empresas brasileiras, relatou que os recursos corresponderam aproximadamente R\$ 2,6 bilhões entre o ano de 2014 e 2015. E, no mesmo período, em relação aos lucros, essas empresas obtiveram ganhos, passando de 0,70% para 0,89%, respectivamente. Esses dados demonstram que o Brasil está acima dos padrões internacionais.

Neste sentido, os projetos sociais também entram na categoria da sustentabilidade, na medida em que todo o desenvolvimento empresarial abrange uma gama de segmentos: clientes, fornecedores, natureza, colaboradores e toda a comunidade externa do meio empresarial. Conforme o Instituto Akatu⁷, 50% das pessoas pesquisadas consideram a participação social como critério para as compras.

As ferramentas de gestão empresarial fornecem auxílios para que os tomadores de decisões possam ter uma base para aplicar suas escolhas. Permeando o ramo empresarial, as ferramentas de gestão verde (conhecidas também por outros nomes), assim denominadas pelo simples fato de objetivarem a sustentabilidade no meio empresarial, estão sendo usadas de forma mais frequente, diminuindo custos de produção e os impactos ambientais. Segundo o instituto Ethos: “Empresas cujos valores são percebidos como positivos pela sociedade tendem a ter uma vida longa. Do contrário, tornam-se frágeis, sem competitividade e ficam suscetíveis a riscos de imagem e reputação”.

Dentre estas ferramentas, podemos destacar a RSE-Responsabilidade Social Empresarial e a SGA-Sistema de Gestão Ambiental. De antemão, existem diversas outras ferramentas, sistemas e modelos, entretanto vamos focar nessas duas. As instituições começaram a utilizar a ferramenta RSE para auxiliar na tomada de decisões sustentáveis e funcionamento operacional. De acordo com a Fundação Bradesco (2019) o RCE é uma “forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionam o desenvolvimento”. O SGA é um sistema que identifica oportunidades para redução de impactos ambientais produzidos dentro de uma empresa, dando-se por meio de um processo de análise, planejamento, comunicação e monitoramento, possibilitando redução dos impactos das ações da instituição. O desenvolvimento aqui mencionado não se restringe apenas às organizações, mas há uma situação bem mais ampla, como as

⁷ Organização não-governamental sem fins lucrativos que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente e a transição para estilos sustentáveis de vida.

regiões que recebem impactos positivos advindos das empresas que se localizam nas redondezas.

É de grande importância a discussão de preservar o meio ambiente, principalmente em um contexto em que organizações e países almejam o desenvolvimento sustentável. É nesse momento, que cada empresa deve analisar e minimizar os danos de suas atividades no meio ambiente (extração de recursos naturais, consumo excessivo de água, energia e combustíveis e menos emissões de gases). Propor parcerias com os fornecedores e ações de educação ambiental com os clientes e toda a comunidade, podem contribuir para mitigar os impactos (BORGES, 2014, p. 129).

O quadro 1 detalha sobre ações sustentáveis em três âmbitos: Econômico, sociocultural e Ambiental, demonstrando como pequenas ações podem contribuir nestes três aspectos. Fica nítido que ao investir no ambiental reflete diretamente no Econômico, visto que a reduções de consumo de insumos produtivos e conseqüentemente menos gastos.

O sociocultural abrange as dimensões endógenas e exógenas das instituições. Essa dimensão aplica iniciativas que visam o desenvolvimento das pessoas, tangenciando funcionários e comunidades. De acordo com Lucena (2015) “A responsabilidade da empresa no desenvolvimento da sociedade vem ganhando mais espaço, facultando novas alternativas para o desenvolvimento social”. Para Dotto et al (2003, p. 242), “sob essa ótica, o desenvolvimento deve respeitar a pluralidade cultural e política que identifica o perfil das regiões, de modo que seja viável adequar-se aos interesses das comunidades, promovendo uma integração entre o rural e o urbano, o político e o econômico.” O quadro 1 apresenta mais detalhado.

Quadro 1: Indicadores de sustentabilidade

DIMENSÃO	INDICADOR
Ambiental	Consumo de água(litros); Consumo de energia (KW); Geração de resíduos (kg, litro, m3); Porcentagem do faturamento bruto aplicado em iniciativas ambientais.
Sociocultural	Porcentagem de mão de obra local; Porcentagem do faturamento bruto aplicado em iniciativas socioculturais; Quantidade de horas de treinamento/colaborador (H/h); Porcentagem de rotatividade da mão de Obra.
Econômico	Porcentagem de satisfação do cliente; Índices de acidentes (sem afastamento e com afastamento); Taxa de ocupação.

Fonte: Instituto da Hospitalidade, 2004.

Os projetos de responsabilidade social possibilitam inúmeros impactos positivos para a sociedade e para as empresas, isto se for realizado de forma correta. Programas de responsabilidades sociais podem desenvolver atividades criativas: incorporação dos conceitos de responsabilidade social à missão da empresa, divulgação desses conceitos entre os funcionários e prestadores de serviço, estabelecimento de princípios ambientalistas como o uso de materiais reciclados e a promoção da diversidade no local, entre outras (CASTRO, 2004).

Segundo a publicação do Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza⁸, publicado em seu site oficial (2017):

Atualmente, empresas com políticas socioambientais não são mais vistas no mercado pelo público consumidor como organizações inovadoras. O cuidado com questões ambientais por parte das indústrias passou a ser considerado um dever, como política e filosofia de negócios adotados pelos empreendedores. Com isso, pesquisas apontam que uma sociedade sustentável vem se consolidando a partir de uma crescente adesão de consumidores que optam por adquirirem produtos ou serviços de empresas que são socioambientalmente responsáveis.

⁸ É uma organização sem fins lucrativos que trabalha desde 1991 pela educação ambiental e sustentabilidade.

A economia de uma regional é responsável pela melhor qualidade de vida de seus habitantes, enquanto o sistema econômico é produtivo, outras áreas tendem a também serem produtivas, gerando um fluxo monetário que possibilita uma maior variação de consumo de bens e serviços. Os modelos sustentáveis, de início, surgiram para preservar o meio ambiente. Entretanto, ao passar do tempo, percebeu-se que além de favorecer o uso adequado dos recursos naturais, evitar desperdícios e produção de resíduos excessivos, os modelos sustentáveis causavam fortes impactos nas contas empresariais, pois reduziam seus custos de produção, os produtos e serviços obtiveram melhora na qualidade, entre outras séries de fatores. No que tange a esfera política, é importantes leis que visem o desenvolvimento das práticas de TI Verde.

A expressão políticas públicas remete diretamente à ação do Estado [...] Como a ação do Estado está diretamente relacionada ao atendimento de um amplo conjunto de demandas da sociedade, é na gênese das políticas públicas que alguns aspectos são definidos já com a ampla capacidade de influir para que na execução da ação ocorram rebatimentos espaciais relevantes [...] (ARAÚJO, 2018, p 55-81).

A busca pelo equilíbrio entre o crescimento econômico e a manutenção dos recursos naturais tem nos últimos anos fortalecido o paradigma do desenvolvimento sustentável, e para tal tem-se procurado estabelecer mecanismos capazes de subsidiar as ações da sociedade que conduzam na direção do desenvolvimento sustentável (COUTO, 2007). Através disso, disseminar ações para que os gerentes possam implementar nas suas empresas é essencial.

Diversos estudos apontam a sustentabilidade como peça fundamental da inovação. Reduzir a quantidade de matérias-primas usadas na produção ou repensar processos para eliminar o impacto ambiental de certas substâncias traduzindo-se, cada vez mais, em melhoria nos indicadores financeiros da empresa. Em um futuro próximo, as empresas que não adotarem práticas sustentáveis não conseguirão mais competir no mercado (TAVARES, 2014).

Esses agentes econômicos compreenderam que a aplicação de técnicas sustentáveis em suas organizações proporcionam reduções de custos, desde o consumo de matérias-primas até produtos finais. Para mais, os dados apresentados relatam que os consumidores estão exigindo mais responsabilidade social e ambiental aos fornecedores. Que ao atender suas expectativas, utilizam da TI Verde, ao qual se demonstra um forte

aliado em prol do desenvolvimento das organizações e diminuição dos impactos ambientais. De acordo com Sérgio Lucchesi:

As instituições que demonstram responsabilidade social obtêm inúmeras vantagens competitivas, ganhando a confiança do mercado, dos clientes, investidores e da comunidade local. Esse tipo de atividade desencadeia diversas ondas de responsabilidade social corporativa que empresas espalhadas pelo mundo, de todos os tamanhos e setores, estão adotando e promovendo.

CONCLUSÕES

Ações sustentáveis desencadeiam efeito dominó nas demais áreas e incidem em desenvolvimento para as regiões que decidam investir na causa. De início, fica nítido a ação da TI Verde para o enriquecimento da qualidade nos bens e serviços. Além do mais, há reduções dos impactos ambientais, ocasionando melhor qualidade de vida para a atual e futura geração. Por meio disso, o principal objetivo das boas práticas em TI consiste em desenvolver, apresentar e, colocar em prática maneiras de evoluir tecnologicamente de forma sustentável.

Todos os resultados foram condizentes com o esperado em relação ao desenvolvimento das organizações ao utilizarem práticas sustentáveis. Percebe-se que ações no sistema ambiental desencadeiam reações positivas na sociedade. As empresas lucram mais, os clientes ficam mais satisfeitos e o desenvolvimento Regional é significado na medida em que as empresas que se localizam em determinado local auxiliam no seu crescimento.

O Brasil é referencial e vem se tornando reconhecido pelos investimentos em ações socioambientais. Vale salientar a implicação que isso traz para toda a sociedade brasileira: investimento é fonte de geração de renda e o país deve se apropriar dessa vantagem a fim de promover crescimento para todo o território.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Henrique Augusto. Qi Network. **Tecnologia empresarial: 5 tendências que estão mudando os negócios**. Disponível em: <https://www.qinetwork.com.br/tecnologia-empresarial-tendencias-mudam-negocios/>. Acesso em: 23 de Ago. de 2019.

ARAÚJO, Onildo da Silva. **Políticas públicas e planejamento territorial**. Feira de Santana. Editora Zarte, 2018. P. 53-81.

Agência Sebrae de Notícias. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em: 24 de Ago. de 2019.

AKATU. Pesquisa Akatu 2018 traça Panorama do Consumo Consciente no Brasil.

Disponível em: <https://www.akatu.org.br/noticia/pesquisa-akatu-2018-traca-panorama-do-consumo-consciente-no-brasil/>. Acesso em: 2 de Ago. de 2019.

BARBIERI, J.C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2ªed. Aum. São Paulo. Saraiva, 2007.

Bluevision raskem. **Empreendedorismo sustentável é ótimo negocio para o bolso e o planeta.** Disponível em: <https://bluevisionbraskem.com/inteligencia/empreendedorismo-sustentavel-e-otimo-negociara-o-bolso-e-o-planeta/>. Acesso em: 25 de Ago. de 2019.

BORGES, Felipe. Techoje. TI Verde – Práticas sustentáveis para sua empresa.

Disponível em: http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/1178. Acesso em: 24 de Ago. de 2019.

BORGES, L. et al. Empreendedorismo sustentável. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 87. **FUNDAÇÃO BRADESCO ESCOLA VIRTUAL.** Disponível em: <https://www.ev.org.br/Escola-Virtual>. Acesso em: 23 de Ago. de 2019.

Jusbrasil. **A responsabilidade da empresa no desenvolvimento social.** Disponível em: <https://camilalucena6.jusbrasil.com.br/artigos/232896237/a-responsabilidade-da-empresa-no-desenvolvimento-social>. Acesso em: 23 de Nov. 2019.

NSC TOTAL. Empresas investem em projetos de responsabilidade social. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/empresas-investem-em-projetos-de-responsabilidade-social>. Acesso em: 25 de Ago. de 2019.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. MATTAR, H. Os Novos Desafios da Responsabilidade Social Empresarial. Ethos, São Paulo, 2001.

**BOLETIM ANUAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE ALAGOAS – ANO
2019**

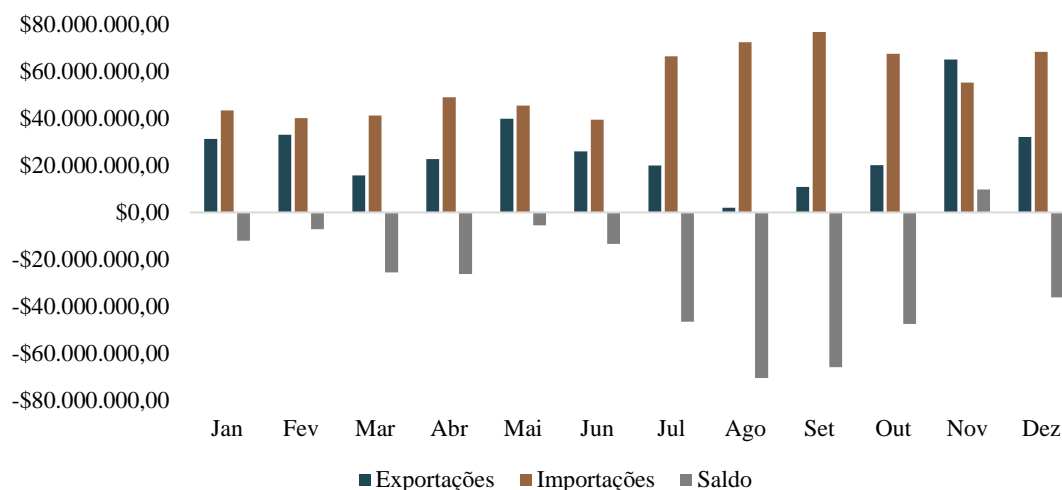
EM 2019, ALAGOAS APRESENTA DÉFICIT NA BALANÇA COMERCIAL

Guilherme da Silva Correia

De acordo com dados obtidos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), no ano de 2019, a balança comercial apresentou saldo negativo de US\$ 346.854.362,00, uma variação negativa de 295,3% em relação a 2018. Este resultado ocorreu devido a uma redução de 36,4% nas exportações e um aumento de 12,9% nas importações.

Apenas o mês de novembro apresentou saldo superavitário, de US\$ 9.825.173,00. Por outro lado, o mês de agosto demonstrou o pior resultado do ano, um déficit de US\$ 70.506.730,00. Do volume exportado no ano, 87,2% é representado pelo setor sucroalcooleiro. No lado das importações, a maior parte é constituída por dicloreto de etileno, alhos, diidrogeno-ortofosfato de amônio e trigo.

Gráfico 1: Balança Comercial - Alagoas - 2019



Fonte: Mdic

PRODUÇÃO DE AGRÍCOLA CRESCE VERTIGINOSAMENTE EM 2019

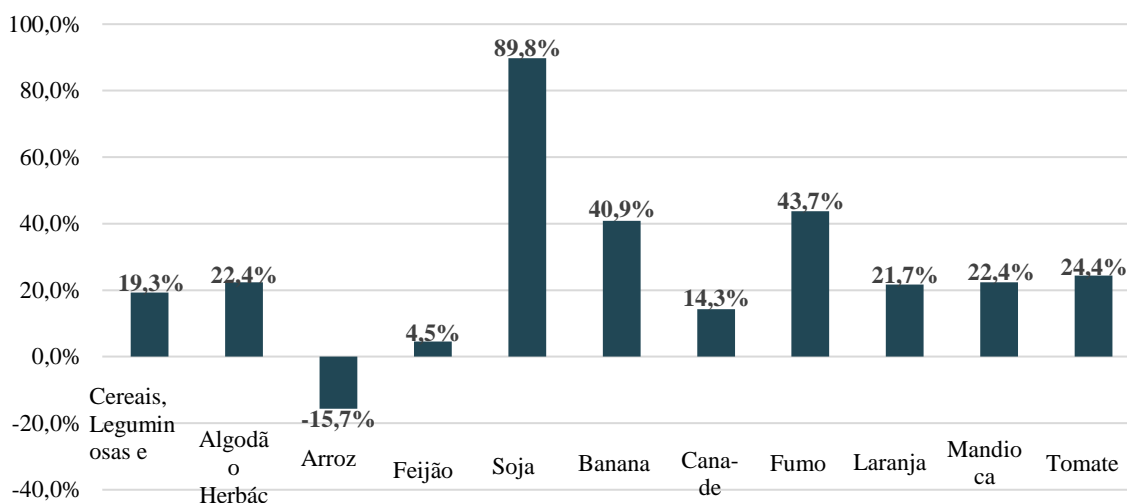
José Henrique de Oliveira Costa

Segundo os dados divulgados pelo Levantamento Sistemático de Produção Agrícola - LSPA -, o estado de Alagoas apresentou crescimento abrupto no volume colhido acima de 14% na maioria de suas colheitas em comparação com o ano de 2018, com exceção apenas das plantações de feijão, havendo aumento não muito expressivo de 4,5% e de arroz, único produto agrícola que decresceu, atingindo a marca de 15,7% negativos com relação ao ano em comparação.

A produção alagoana protagonizada pela cultura de soja, cuja alta de 49.258 toneladas representa 89,8% a mais no volume da safra anual, também conta com outros destaques, como a colheita de fumo e de banana, os quais registraram, respectivamente, 43,7% e 40,9% positivos. Além disso, a cana-de-açúcar merece devida notoriedade, pois, a ampliação de 14,3% implica no acréscimo de 25.599.717 de toneladas em sua safra.

Esse grande aumento nas colheitas pode ser explicado pelo período de seca que atingiu 38 cidades alagoanas no ano de 2018, fazendo com que o governador Renan Filho decretasse situação de emergência. Já no ano de 2019, o setor não contou com este fenômeno desagradável para os agricultores, recebendo, ainda, auxílio federal e estadual para contornar a situação anterior.

Gráfico 2 - Crescimento das colheitas em 2019 - 2018



Fonte: LSPA

CUSTO DO M² EM ALAGOAS OSCILA NO ANO DE 2019, MAS MANTÉM TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO

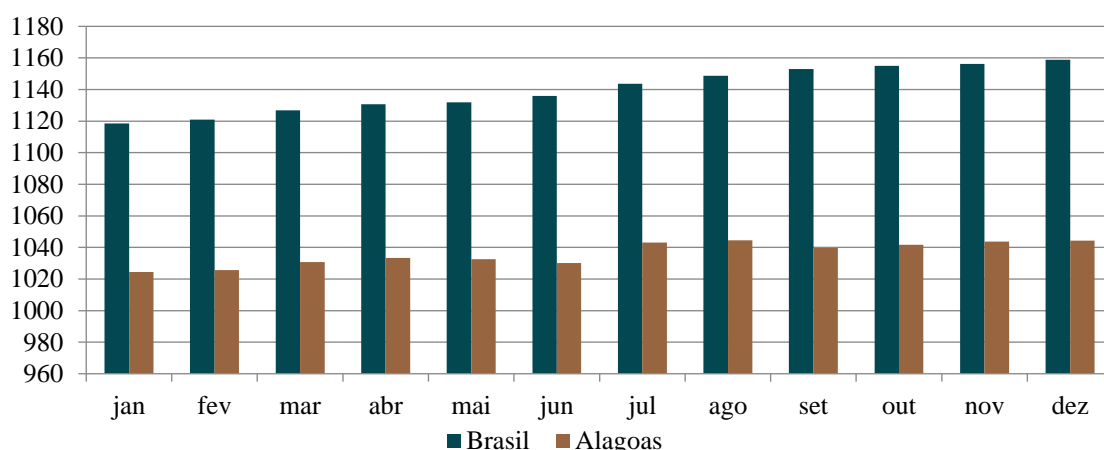
Guilherme de Sousa Castilho

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índice da Construção Civil (Sinapi), mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que em 2019 o preço do m² no estado de Alagoas demonstrou altas oscilações a partir do segundo semestre do ano, mas sustentou a linha de crescimento. Esse movimento atípico foi mais intenso nos meses de julho e setembro, onde se observou uma queda de 0,5% e um aumento de 1,26%, respectivamente.

Ao analisar o comportamento dos componentes do custo, se percebe que tanto o preço do material quanto o da mão de obra tiveram aumentos quase constantes, com exceção do mês de julho, que apresentou um crescimento levemente maior do que o comum.

Igualmente, o contexto nacional demonstrou crescimento, porém sem nenhum ponto de queda, também tendo um aumento pouco maior do que o usual na transição do mês de junho para julho. Assim, o preço fechou o ano em R\$ 1.158,81 por metro quadrado, totalizando um aumento percentual acumulado de 4% durante todos os meses do ano. De modo análogo, os componentes do custo tiveram grande participação, com destaque para os materiais, que aumentou em 4,2% ao longo do período em questão.

Gráfico 3: Custo médio do m² - 2019 - Brasil, Alagoas



Fonte: Sinapi/IBGE

EM 2019, O COMÉRCIO ALAGOANO APRESENTOU DIFICULDADE EM RETOMAR O FÔLEGO E FOI MARCADO POR INSTABILIDADES

Jamyllle Gomes de Lyra Reis

Com base nos dados disponibilizados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista alagoano apresentou grandes instabilidades durante todo o ano de 2019. Em boa parte dos meses analisados, ao atentar para o índice de volume de vendas do comércio varejista, pode-se observar subseqüentes quedas ao longo dos meses.

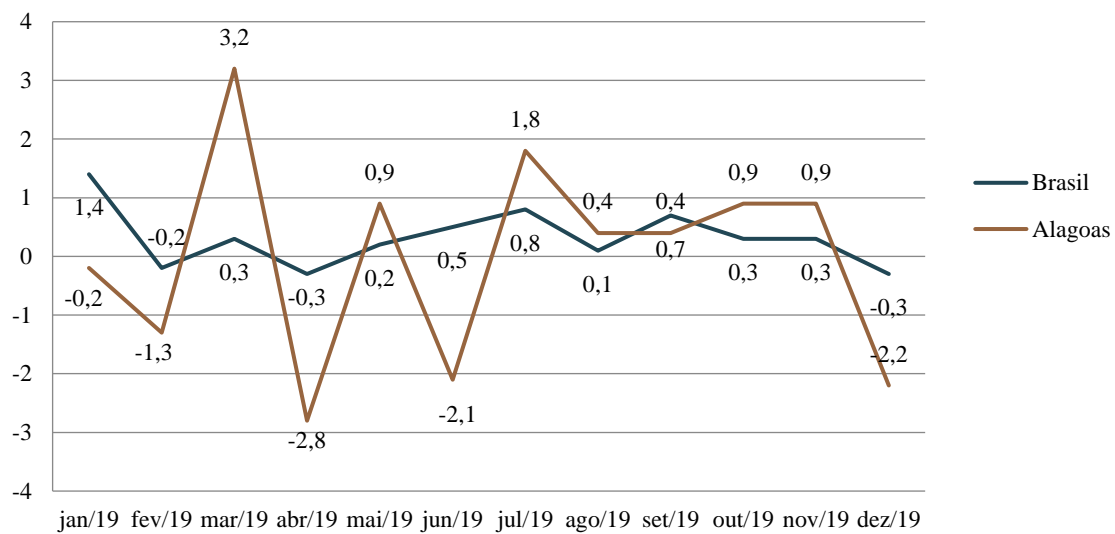
No primeiro semestre do ano, o estado alagoano apresentou contrações em seu volume de vendas, com exceção dos meses de março e maio. O mês de março apresentou uma alta de 3,2% do volume de vendas, provavelmente por ser um período de comemorações carnavalescas em que, por consequência, o consumo do setor tende a ser bastante elevado. Ainda que não tão expressivo, o mês de maio obteve um aumento das vendas em 0,9%, podendo ser relacionado à comemoração do dia das mães.

No segundo semestre, o comércio varejista viveu um momento de “alívio”, já que o setor parou de apresentar quedas sequenciais para viver um momento de crescimento estreitado. O ano encerrou com o índice de vendas em declínio de 2,2%, fato este que é considerado peculiar, pois o mês de dezembro, como boa parte dos meses comemorativos, costuma apresentar grande volume de vendas.

Em contrapartida, ao examinar o índice de receitas nominais do comércio varejista, pode-se perceber que ao longo do ano o setor apresentou estabilidade, majoritariamente obtendo resultados positivos, ainda que ínfimos. No decorrer do ano, três grandes recuos ocorreram nos meses de fevereiro, abril, junho e dezembro, apresentando -1,2%, -2%, -2% e -1,4%, respectivamente. Tal qual o esperado, durante o mês de março, as receitas do comércio aumentaram abruptamente em 4,4%.

Por conseguinte, pode-se afirmar que ao longo de 2019, em Alagoas, o comércio varejista foi marcado por diversas contrações e instabilidades não correspondentes às expectativas de boa parte dos analistas econômicos para o âmbito nacional.

**Gráfico 4: Variação do volume de vendas do comércio com ajuste sazonal
2019 - Brasil, Alagoas**



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio – IBGE/Sidra

O NÚMERO DE PASSAGEIROS QUE DESEMBARCARAM EM ALAGOAS APRESENTOU REDUÇÃO EM 2019

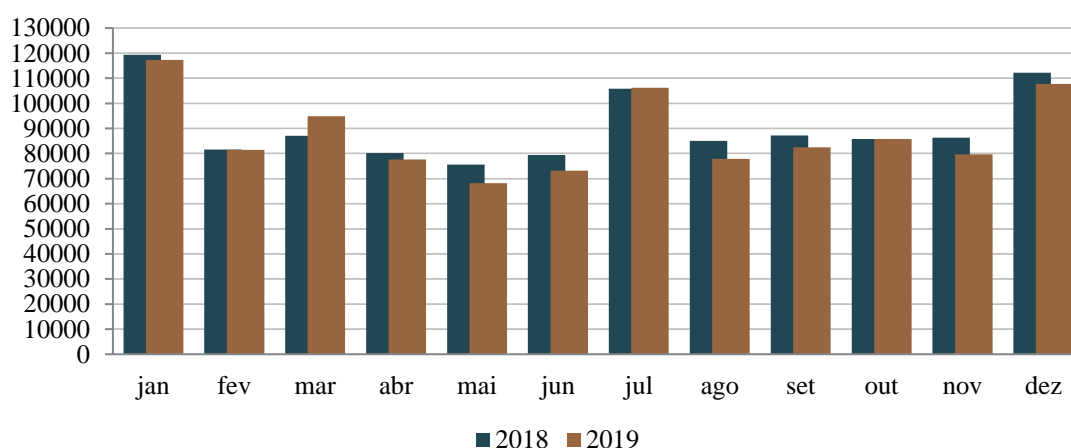
Letícia Ferreira da Silva

Segundo dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), em Alagoas, no ano de 2019, o número de desembarques aeroportuários teve uma queda de 33.349, quando comparado com 2018. A diminuição foi de 2.779 desembarques em relação à média do ano antecessor.

Como componente sazonal, os meses que apresentaram maior alta foram janeiro, julho e dezembro, sendo possível destacar não somente o primeiro mês do ano, que registrou o maior número de turistas com 117.289 desembarques, mas também março, que obteve 8,9% de acréscimo em relação a seu equivalente em 2018. No caso da pior performance do ano, novamente, se ressalta o mês de maio, com 68.165 desembarques, resultado já característico e esperado por conta da baixa temporada.

É notório que nos dois anos as estatísticas possuem praticamente a mesma configuração e embora o mês de março tenha sido superado, enquanto dezembro teve decréscimo, esse último ainda continua sendo reconhecido como uma época de pico no fluxo de passageiros, pois, além de fazer parte da alta temporada do verão, (início/final do ano) também é período de férias escolares. Assim, no geral, a comparação de dados não apresenta significativas mudanças de um ano para outro.

Gráfico 5: Fluxo de passageiros - Desembarques



Fonte: Infraero

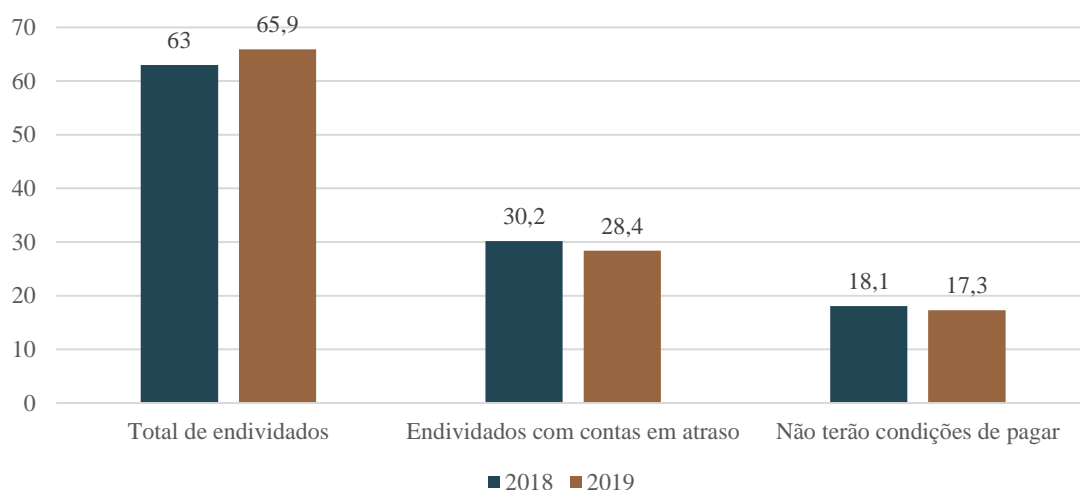
INADIMPLÊNCIA EM MACEIÓ DIMINUI EM 2019

Henrique Quintela França de Almeida

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Fecomércio, Maceió teve uma média de 65,9% no total de endividados, um aumento de quase 3% em relação à média de 2018. No que se refere aos endividados com conta em atraso, foi apresentado um quadro positivo em comparação ao ano anterior, tendo uma redução de aproximadamente 2%.

Já os dados sobre as pessoas que não terão condições de pagar também apresentaram redução de quase 1%. Essa redução na inadimplência pode mostrar que ao longo de 2019 o maceioense teve, em média, um controle maior de seus gastos ao comparar com o ano de 2018.

Gráfico 6: Média da porcentagem de Inadimplência 2018-2019



Fonte: Fecomercio/AL

EM 2019, ALAGOAS TEVE SALDO POSITIVO NA CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

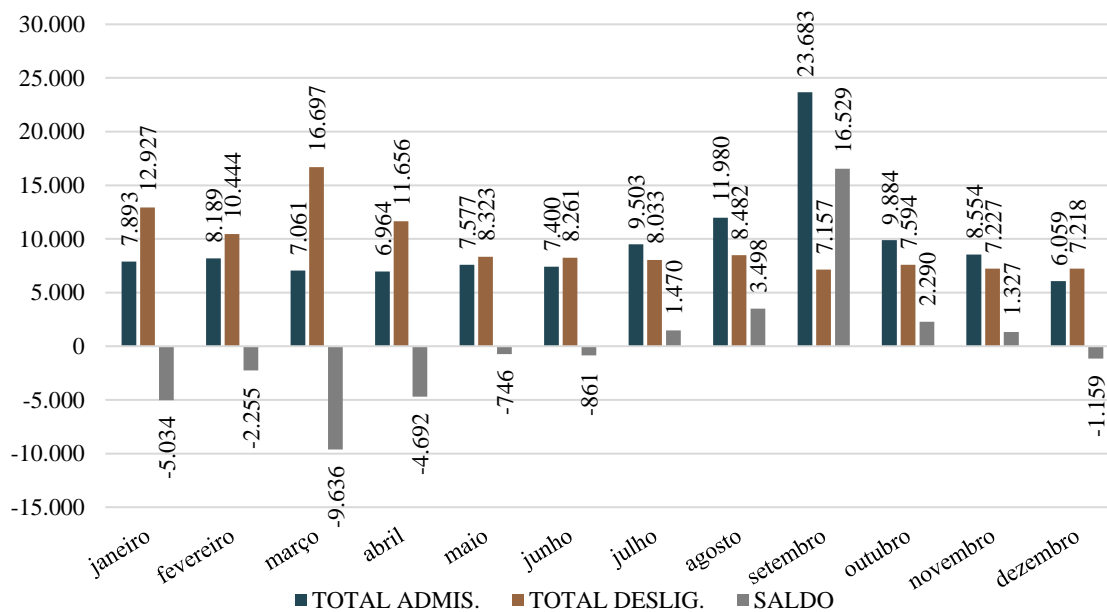
Samuel de Mendonça Souza

De acordo com os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Alagoas encerra o ano de 2019 com saldo positivo na geração de postos de trabalho. Nesse período de doze meses foram criados 731 novos empregos. O maior número de contratações no estado foi no setor de serviços com 40.427, seguido da indústria de transformação, que admitiu 31.502 novos funcionários. Porém, foram estes mesmos setores causadores do maior número de demissões, sendo responsáveis por 40.524 e 33.125, respectivamente. Os setores que apresentaram maiores saldos foram a agropecuária (1.647) e construção civil (1.153).

Ao analisar os dados, é possível notar como o emprego no estado de Alagoas ainda se mostra muito dependente do setor sucroalcooleiro. Durante os meses em que o setor não estava em alta, ocorreram os maiores números de demissões. Somente quando se observa o mês de setembro, quando o setor estava mais ativo, o número de contratados aumentou, ressaltando a situação que é uma dinâmica da economia do estado.

O município que apresentou maior saldo na criação de novos postos de trabalho foi São Miguel dos Campos (1.125), em contrapartida, Coruripe terminou o ano com saldo negativo de -518. Enquanto Maceió, a capital do estado, apresentou resultado negativo de -186 postos de trabalho.

Gráfico 7: Emprego Celetista - Alagoas - 2019



Fonte: MTE/Caged

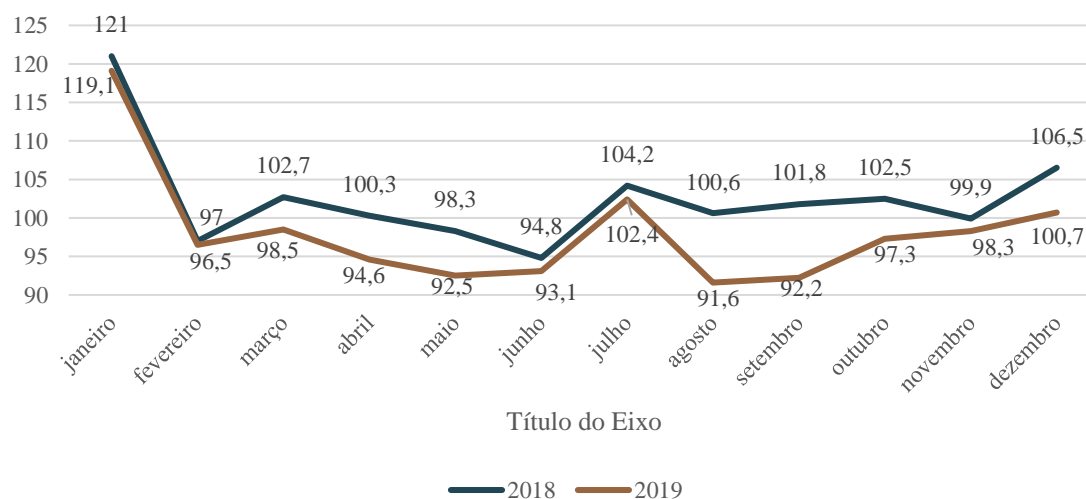
ALAGOAS TEM FORTE RETRAÇÃO NO SETOR DE SERVIÇOS EM 2019

José Henrique Oliveira Costa

Segundo dados emitidos pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), vinculado ao IBGE, o estado de Alagoas obteve o quarto pior resultado anual acumulado referente ao índice de volume de serviço, o qual registrou queda de 5,5% comparado à 2018. Vale salientar que em todos os meses de 2019 computaram valores menores que os respectivos meses do ano anterior. O resultante é superior apenas ao do Acre, Mato Grosso, ambos com perda de 7,1%, e Rondônia que recuou 5,9%.

Obstante ao caso, o apurado anual relativo ao índice de receita de serviços também decepcionou. Alagoas decresceu 4,3% no quesito em comparação ao ano anterior, o qual também superou o ano de 2019 em todos os meses.

Gráfico 8: Variação do índice de receita nominal de serviços 2018 - 2019



Fonte: IBGE - PMS

Mesmo com o resultado negativo de alguns estados, o cenário nacional apresentou crescimento no setor. Após cinco anos em vermelho, o Brasil registrou alta de 1,0% nos serviços. O IBGE relatou que o crescimento nacional foi em detrimento da maior demanda pela locação de carros, uma vez que a adoção de aplicativos de transporte está aumentando entre os brasileiros. Entretanto, o instituto atentou que o crescimento está longe de deixar o setor no mesmo patamar que estava antes da recessão de 2015 – 2017, uma vez que a perda acumulada por serviços nessa época foi de 11%.

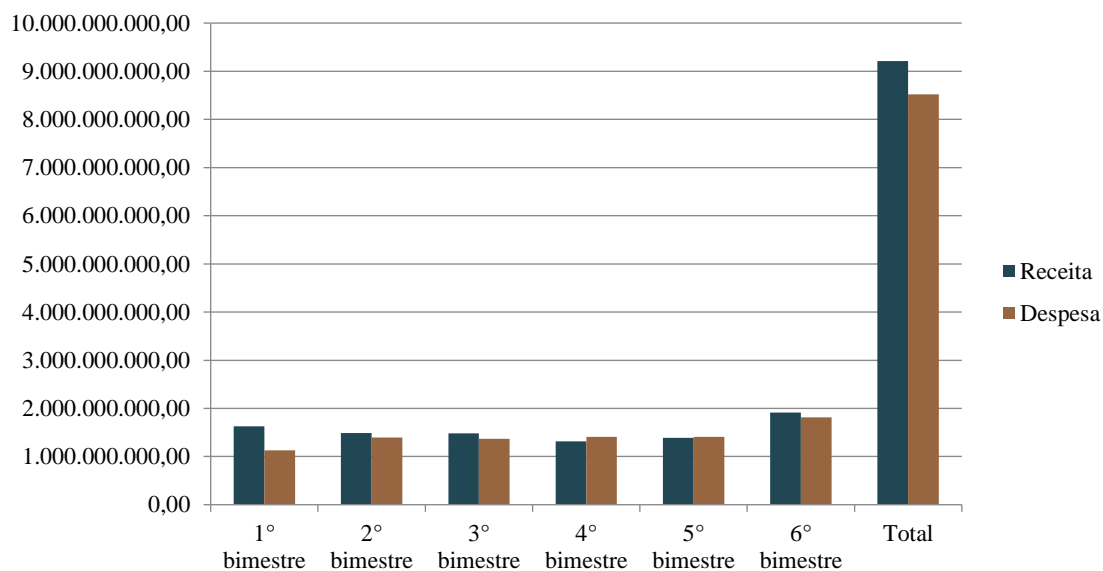
O ANO DE 2019 É MARCADO POR UM SALDO POSITIVO NAS CONTAS PÚBLICAS DO ESTADO

Jamylle Gomes de Lyra Reis

Segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), executado e divulgado pela Secretária da Fazenda (Sefaz/AL), o estado de Alagoas obteve durante o ano de 2019, majoritariamente superávits fiscais em suas contas públicas, com exceção do quarto e quinto bimestre, estes obtiveram desfechos atípicos, apresentando diminutos déficits, proveniente de um pequeno aumento das despesas correntes.

Ao analisar os resultados apresentados pelos relatórios, pode-se perceber que a diferença entre as receitas e despesas não foram extremamente acentuadas, no entanto, foi o suficiente para que o saldo total fechasse positivo em R\$690.794.389,32. Esse resultado foi extremamente proveitoso em comparação ao ano anterior, pois, em 2018, o saldo das contas do estado foi de aproximadamente R\$143 milhões. Grande parte do sucesso desse ano está atrelado a algumas reduções nas despesas correntes – como Previdência Social, Educação, Saúde Pública, etc. – assim como ao aumento do valor cobrado em Taxas e Impostos.

Gráfico 9: Receita e Despesa - Alagoas, 2019



Fonte: Sefaz/AL

NO ANO, PRODUÇÃO PETROLÍFERA ESTABILIZA ENQUANTO A DE GNV APRESENTA QUEDA

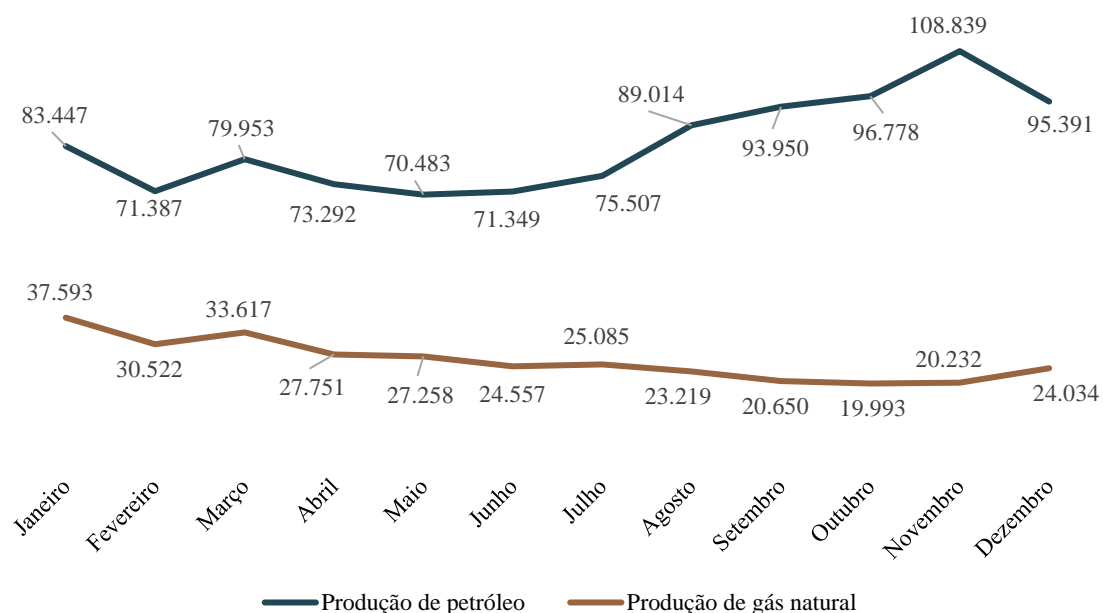
Cayo Luca Gomes Santana

Segundo dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no ano de 2019 Alagoas produziu o equivalente a 1.009.390 barris de petróleo e 314.512 metros cúbicos de gás natural. Em relação ao ano de 2018, a produção petrolífera apresentou-se constante, com crescimento relativo de 0,2% e a de gás, queda de consideráveis 22,8%.

A indústria de petróleo apresentou um período de evolução constante entre os meses de maio e novembro, com um crescimento mensal de aproximadamente 6,8% e um acréscimo de 54,4% em sua totalidade até o final desse período, finalizando o ano com uma evolução de 14,3%.

A indústria de gás natural demonstrou queda de 18,8% logo no início do período e, mesmo ensaiando uma recuperação em março, apresentou um declínio considerável de 34,6% no primeiro semestre, finalizando o ano com um recuo de lamentáveis 36% sobre o período por completo.

Gráfico 10: Produção petróleo e gás natural - 2019 - Alagoas



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

INFLEXÃO

PET **ECO** NOMIA

petecoufal.wixsite.com/petecoufal
[instagram.com/petecoufal](https://www.instagram.com/petecoufal)